



O SR. PRESIDENTE (João Leão. Bloco/PP - BA) - Boa tarde, senhoras e senhores.

O Deputado Leur Lomanto Júnior, por um problema de agenda, chegará daqui a pouco. Quando S.Exa. chegar, eu lhe passarei a Presidência.

Declaro aberta a 11ª Reunião Extraordinária de Oitiva do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, destinada à oitiva das seguintes testemunhas: Deputado Tarcísio Motta, testemunha arrolada pela Relatora, a Deputada Jack Rocha.

A presença da testemunha está confirmada? (*Pausa.*)

O Deputado está aqui. Confirmada a presença.

Testemunhas arroladas pela defesa do Deputado Chiquinho Brazão:

1. Thiago Kwiatkowski Ribeiro, Conselheiro Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro — presença virtual confirmada;

2. Dr. Eduardo da Costa Paes, Prefeito do Rio de Janeiro — presença não confirmada;

3. Jorge Miguel Felipe, Vereador da Câmara Municipal do Rio de Janeiro — presença não confirmada;

4. Willian Coelho, Vereador da Câmara Municipal do Rio de Janeiro — presença não confirmada;

5. Deputado Federal Reimont, que declinou do convite — presença não confirmada;

6. Marcos Rodrigues Martins, Assessor da Câmara Municipal do Rio de Janeiro — presença virtual confirmada;

7. Ronald Paulo Alves Pereira, major acusado de monitorar a rotina da Vereadora Marielle. Ele está recolhido na Penitenciária Federal em Mato Grosso do Sul e declinou do convite — presença não confirmada;

8. Elcio Vieira de Queiroz, ex-PM acusado de ser um dos executores da Vereadora Marielle. Ele está recolhido no Complexo Penitenciário da Papuda e declinou do convite — presença não confirmada.

Comunicações.

Informo que foi designado o Deputado Paulo Magalhães como Relator do processo referente à Representação nº 5, de 2024, em desfavor do Deputado Glauber Braga.

Ordem do Dia.



Registro a presença remota do Deputado Chiquinho Brazão e, presencialmente, a de seus advogados, os Drs. Cleber Lopes e Rita Machado.

Eles estão presentes? *(Pausa.)*

O.k., estão presentes.

Faço alguns esclarecimentos a respeito da oitiva de testemunhas, conforme dispõe o art. 12 do Regulamento deste Conselho de Ética.

As testemunhas prestarão compromisso com a verdade e falarão somente sobre o que lhes for perguntado, sendo-lhes vedada qualquer explanação ou consideração inicial à guisa de introdução.

Inicialmente será dada a palavra à Relatora, a Deputada Jack Rocha, para que formule suas perguntas, que poderão ser feitas em qualquer momento que entender necessário.

O.k., Deputada? *(Pausa.)*

Após a inquirição inicial, será dada a palavra ao representado e a seu advogado para seus questionamentos.

A chamada para que os Parlamentares inquiram a testemunha será feita de acordo com a lista de inscrição, chamando-se primeiramente os membros deste Conselho, que têm até 10 minutos, improrrogáveis, para formular perguntas, com 3 minutos para a réplica. Será concedida aos Deputados que não integram o Conselho a metade do tempo dos membros. O Deputado que usar da palavra não poderá ser aparteado, e a testemunha não será interrompida, exceto pelo Presidente ou pelo Relator.

O Deputado Tarcísio Motta é a testemunha arrolada pela Relatora.

Convido o Sr. Deputado Tarcísio Motta para compor a Mesa.

S.Exa. já está aqui conosco.

Passo a palavra à Relatora, Deputada Jack Rocha, para inquirir sua testemunha.

Eu quero dizer, senhoras e senhores, que este é um momento das reuniões deste Conselho de que nem eu nem os senhores, senhoras e senhoritas gostaríamos de estar participando, mas, infelizmente, essas coisas acontecem na vida. E a vida nos demonstra que nós temos que participar.

Em nome do meu Presidente, o Deputado Leur Lomanto Júnior, quero dizer que este Conselho tem sido, durante toda esta legislatura e outras, o mais justo possível, o mais justo dentro das condições que nós temos nesta Casa. Aqui nós já absolvemos diversos



Deputados — as pessoas achavam até que não seria possível a absolvição, e nós absolvemos —, mas também condenamos aqueles que praticaram um ato ilícito.

Então, passo a palavra à Relatora, Deputada Jack Rocha.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Leão. Bloco/PP - BA) - O senhor vai ter o tempo necessário, Sr. Cleber Lopes.

O SR. CLEBER LOPES - Sr. Presidente, não obstante o tempo destinado à defesa, nós estamos em um julgamento, ainda que administrativo, e a defesa tem uma questão de ordem que nos parece absolutamente relevante e que merece a apreciação da Presidência e da eminente Relatora, até porque já encaminhamos petição escrita denunciando essa questão de ordem. Eu me refiro, Presidente, às negativas que as testemunhas apresentaram para prestarem depoimento perante este Conselho.

Veja! O Deputado Chiquinho Brazão responde ao processo de cassação a partir de uma perspectiva de que teria sido o mandante de um homicídio. Esse é o fato do qual o Conselho se ocupa, ou seja, a representação encaminhada pelo PSOL traz no seu bojo a notícia de que o Deputado seria mandante de um homicídio. Nós temos responsabilidade. V.Exa., Presidente, de maneira muito lúcida, nos faz observar que este Conselho deve agir com justiça, com retidão, e nós temos um objeto para ser investigado, que é o mando do homicídio.

Nós arrolamos testemunhas, e a eminente Relatora também indicou testemunhas para serem ouvidas. Nós só podemos, Presidente, compreender que esses depoimentos são imprescindíveis para a demonstração do fato. E as testemunhas simplesmente declinam do convite, como se isso fosse possível. Servidores públicos têm o dever funcional de prestar depoimento. A eminente Relatora indicou dois delegados da Polícia Federal, e eles têm simplesmente recusado o convite.

Parece-me que a Resolução nº 25, de 2001, confere poderes ao Conselho de Ética para bem instruir o processo. Se a Relatora não tiver poder para intimar as pessoas a prestarem depoimento, nós ficaremos na seguinte circunstância: o Conselho não terá elementos suficientes para decidir sobre a existência ou não do próprio fato. Nós não podemos, com todo o respeito, Presidente, compreender que alguém possa ser sacrificado no seu mandato sem o sagrado direito de defesa, que é constitucional.



Então, concluo, Presidente. Qual é o encaminhamento que a defesa propõe? Ou nós suspendemos o processo ético-disciplinar até que o Poder Judiciário demonstre a existência ou não do fato, ou nós buscamos mecanismos, por meio da eminente Relatora, para que as testemunhas sejam compelidas a comparecer e prestar depoimento. Isso não é uma mera faculdade da testemunha. O Conselho de Ética representa o País neste momento.

O SR. PRESIDENTE (João Leão. Bloco/PP - BA) - Passo a palavra à Relatora, a Deputada Jack Rocha, para que responda ao eminente advogado, porque isso cabe à Relatora definir.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. na tarde de hoje, relacionando que este momento é o momento da oitiva sobre a Representação nº 4, de 2024, em desfavor do Deputado Chiquinho Brazão. Cumprimento também a defesa e todos os membros deste colegiado aqui presentes, bem como o Dr. Cleber e a Dra. Rita.

Nós vamos procurar sempre acolher pertinentemente as questões de ordem e também responder aos questionamentos no que concerne ao funcionamento da Casa e ao próprio Regimento Interno da Casa.

A respeito dos convites das testemunhas — das quais eu, como Relatora, fiz a sugestão a este Conselho —, assim como do advogado representado do Deputado Chiquinho, também houve declínio de algumas. Faz parte da prerrogativa do Conselho não fazer um processo de intimação, mas, sim, de convite.

Ao falarmos no processo testemunhal, o comportamento deste Conselho é enviar às testemunhas um convite, que é aprovado pela grande maioria do Colegiado, quando nós apresentamos o plano de trabalho. Este é o rito do Regimento Interno, é o rito da resolução deste Conselho de Ética e também de todas as outras Comissões. Não há no plano de trabalho nenhuma forma de convocação, e, sim, de convite feito às testemunhas, que são passíveis de aceitar ou não esse convite.

Tanto algumas testemunhas que eu indiquei como Relatora e quanto também as que o advogado do Deputado Chiquinho indicou declinaram do convite, já se pronunciaram pela ausência a este Conselho, o que demonstra a total lisura que esse processo terá em sua condução.



Espero, Sr. Presidente, ter respondido, dentro da balança do equilíbrio da Justiça, o que o Deputado representado terá, que será uma avaliação justa e equânime dos procedimentos deste Conselho e desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (João Leão. Bloco/PP - BA) - Passo a palavra...

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente João Leão, só para adendar essa reflexão.

O SR. PRESIDENTE (João Leão. Bloco/PP - BA) - V.Exa. tem a palavra, nobre Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Muito obrigado.

Em primeiro lugar, considerando o questionamento do Dr. Cleber, advogado, quero reiterar o que a Relatora já lembrou. S.Exa. propõe a suspensão do processo ético-disciplinar até que o Judiciário se manifeste — seria uma das alternativas. Existe a autonomia dos Poderes, consagrada na Constituição, e o caráter juspolítico de qualquer representação que tramite aqui no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados.

Nosso processo é judicialiforme e não depende da Justiça. Nós não vamos estabelecer nenhuma pena, de acordo com o Código Penal brasileiro, para o representado. O que se propõe na representação — e eu falo como membro do PSOL — é a perda de mandato parlamentar, não significa prisão, condenação, pena pecuniária de nenhum tipo. É outra esfera.

Em segundo lugar, S.Exa. também diz que as testemunhas deveriam ser obrigadas a vir. A Relatora já disse bem que o nosso poder aqui é de convidar. E a Relatora terá elementos, inclusive nas oitivas dos que aceitaram vir, e agradecemos muito, para, junto com as investigações — aí, sim, da Polícia Federal, da Justiça, eventualmente —, formar o seu juízo, que será submetido a este Conselho e também, dependendo da sua conclusão, ao Plenário da Casa.

Portanto, temos essa soberania, essa autonomia e o poder-dever de fazer a matéria tramitar e não protelá-la.

O SR. PRESIDENTE (João Leão. Bloco/PP - BA) - Passo a palavra à Deputada Jack Rocha, para inquirir a sua testemunha, o Deputado Tarcísio Motta.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Deputado Tarcísio, V.Exa. tinha conhecimento sobre as atividades de Chiquinho Brazão relacionadas à milícia durante o seu mandato de Vereador?



O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Boa tarde, Deputada Jack Rocha, eminente Relatora desse processo. Boa tarde, caro Presidente. Boa tarde aos advogados de defesa do Deputado Chiquinho Brazão, o Dr. Cleber e a Dra. Rita. Boa tarde a todos que se fazem presentes aqui hoje, Deputados, assessores e imprensa. Pois bem, Deputada Jack Rocha, desde a chamada CPI das Milícias, a Comissão Parlamentar de Inquérito movida na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, no seu relatório, nas suas discussões, o Deputado Chiquinho Brazão, fazendo parte, inclusive, da família Brazão naquele contexto, é uma das pessoas que está citada no relatório final dessa CPI. Essa CPI, à época presidida pelo Deputado Estadual Marcelo Freixo, então membro do mesmo partido que eu, o PSOL, fez um eminente e intenso relatório, que mudou a característica, inclusive, sobre como se caracterizava a questão das milícias no Rio de Janeiro, com enorme relação. Nós, portanto, tínhamos conhecimento de que Chiquinho estava citado e de que o relatório da CPI havia sido encaminhado ao Ministério Público Estadual para procedimentos. Ele não estava na lista, no rol daqueles que a CPI sugeria o indiciamento imediato, mas fora citado por parte dessa questão. De posse dessa informação, uma informação absolutamente pública, era uma informação da qual nós membros do PSOL e Parlamentares etc., na sociedade do Rio de Janeiro, tínhamos conhecimento e sabíamos que algum tipo de procedimento poderia estar acontecendo ou poderia estar em tramitação a partir do Ministério Público em decorrência da citação na CPI das Milícias.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - V.Exa. estava ciente de qualquer envolvimento direto ou indireto do Deputado Chiquinho Brazão com os grupos paramilitares e milícias, especialmente nas áreas do Rio das Pedras?

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Então, Deputada Jack Rocha, aqui há outro elemento do ponto de vista como cidadão carioca e como também Parlamentar, e portanto alguém que na época era Vereador, e é desse lugar que eu procuro responder neste momento e, portanto, Parlamentar que convivi tanto com Chiquinho Brazão quanto com Marielle Franco, obviamente, por ser do meu partido, com muito mais convivência com a própria Marielle, mas a pergunta diz respeito, neste caso, ao Chiquinho Brazão, nós localizávamos, obviamente, que a votação do Chiquinho Brazão e dos demais membros de sua família que utilizavam o mesmo sobrenome eram votações expressivas, especialmente em áreas caracterizadas e controladas por grupos paramilitares armados, que controlam, a partir da lógica da violência, da extorsão, da grilagem, dos currais eleitorais, portanto



territórios onde esses então candidatos, depois Parlamentares, tinham muitas vezes, inclusive, exclusividade de estar nesses mesmos territórios. Então, o meu conhecimento exatamente sobre a influência e a votação nas áreas de Rio das Pedras, Taquara, Tanque, Anil, Freguesia, Gardênia Azul é o conhecimento notório naquele processo de que a família Brazão exercia fortíssima influência, tendo sido corriqueiramente entre os Parlamentares mais votados nessas seções, nesses bairros, ou em primeiro, ou em segundo lugar. Cerca de 60% dos votos, por exemplo, de Chiquinho Brazão ocorriam em áreas como essas que eu citei. Portanto, a votação, etc... Ao mesmo tempo, é notório... Como Parlamentar no Rio de Janeiro, tendo sido candidato também a Governador em 2014 e 2018, candidato a Vereador em 2016 e 2020 e Deputado Federal em 2022, é notório que, por exemplo, nós não podemos estar em muitos desses territórios, locais dominados pela milícia. Sequer os militantes do nosso partido podem usar adesivos, tranquilamente, que indiquem suas preferências eleitorais. Isso não é de hoje. Isso aconteceu lá no processo, no momento da eleição de Marielle Franco, em 2016, indicando claramente quais são os candidatos que nesses territórios podem fazer campanha livremente. Ou seja, se há uma lógica... E aí várias ações da polícia, investigações, trabalhos acadêmicos, trabalho sociológicos, mas sobretudo investigações que apontam que esses são territórios controlados por grupos paramilitares denominados milícias — a CPI das Milícias também apontava isto — e que a família Brazão gozava de amplo espaço para fazer campanha nesse território ao mesmo tempo em que nós estávamos proibidos, isso era a ciência que nós tínhamos desse tipo de relação, de associação em relação à questão das milícias. Há ainda outros elementos presentes, inclusive no próprio relatório da Polícia Federal e em outros espaços, sobre relações com notórios milicianos, esses, sim, alvos de processos judiciais, indiciados na CPI das Milícias, o que também, na nossa opinião, indicam essa relação, da qual eu tinha ciência e tenho, mas tinha ciência já durante o processo e durante a vida como Vereador na cidade do Rio de Janeiro...

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Deputado, V.Exa. poderia detalhar a sua participação nas discussões e votações sobre as leis de regularização fundiária e como essas legislações impactavam as áreas controladas pela milícia?

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Muito obrigado pela pergunta, Deputada Jack Rocha. É papel das Câmaras de Vereadores no Brasil exatamente a questão da legislação urbanística. Portanto, a legislação que seja o debate da questão dos



planos diretores, dos zoneamentos da cidade, dos processos de regularização fundiária, da lei de uso e ocupação do solo, da lei do parcelamento, de uma série de legislações urbanísticas... Ao longo dos meus 6 anos como Vereador na cidade do Rio de Janeiro, eram corriqueiras que essas legislações passassem pela Câmara de Vereadores. Portanto, o debate sobre a questão da legislação urbanística é um dos debates centrais de um Vereador. Via de regra, o posicionamento do nosso partido, fruto de concepções políticas, de contato com movimentos sociais, de uma determinada concepção de cidade que nós expressamos até hoje nos Parlamentos, mas sobretudo nas Câmaras de Vereadores... Nós trabalhamos sempre pela perspectiva de que o direito à moradia, de que a preservação ambiental, de que a expansão da cidade deve decorrer de uma lógica da garantia de direitos. Portanto, este princípio, que nos levava a agir especificamente na questão dos planos diretores ou de outras legislações, nos levava, por exemplo — já que a pergunta de V.Exa. me pede que eu possa detalhar... Eram comuns. O Deputado Chico Alencar, que então era Vereador, vai se lembrar dos seus 2 anos de Vereador recentemente e talvez lembre de memória — e aí eu não lembro se os instrumentos eram os mesmos, em outras passagens pela Câmara de Vereadores —, a decretação das chamadas Áreas de Especial Interesse Social. Esse tipo de legislação aparecia na pauta, ou na ordem do dia, e via de regra era meio que ignorada por grande parte dos Vereadores que lá estavam — por nós do PSOL, não. Nós analisávamos os territórios, as áreas onde essas AEIS eram propostas, a fim de tentarmos identificar se de fato eram áreas onde trabalhadores e pessoas das quais a ação da Prefeitura, do ponto de vista da regularização, iria beneficiar trabalhadores e moradores dessas áreas, ou se elas eram áreas já consolidadas, que queriam apenas privilégios, ou se eram áreas de proteção ambiental e de expansão do poderio das milícias. Portanto, esse tipo de legislação era uma legislação sobre a qual a bancada do PSOL — especificamente a bancada do PSOL, mas não só, mas sobretudo a bancada do PSOL, que é uma bancada que vem crescendo na Câmara de Vereadores ao longo do tempo —, demandava grande parte da sua atenção. Assim também o foi em outros projetos de lei que tratavam da questão urbanística. Eu acho que cabe aqui que a gente possa identificar, por exemplo, que os projetos de lei de origem do Poder Executivo que deram origem às Leis Complementares nº 160 e nº 161... Essas são leis de 2015, de origem do Poder Executivo, por exemplo, elas apresentavam a possibilidade de uma regularização fundiária em determinadas áreas da cidade. *(Pausa.)* Pois não, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (João Leão. Bloco/PP - BA) - Eu gostaria de passar a Presidência ao Deputado Leur Lomanto Júnior, o Presidente deste Conselho de Ética.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - É claro! Eu queria citar, Deputada Jack Rocha, especificamente a tramitação das Leis Complementares nº 160 e nº 161, ambas de dezembro de 2015, e, portanto, 1 ano e alguns meses antes que eu assumisse o cargo de Vereador. Mas elas, por exemplo — e V.Exa. já vai entender por que eu recorri a essas legislações anteriores —, essas legislações, por exemplo, trabalhavam na questão da regularização fundiária, em criar mecanismos que permitissem a regularização fundiária de moradores, de trabalhadores e de moradores de baixa renda em áreas com menor infraestrutura, por parte da Prefeitura. Elas eram leis que buscavam regularizações nos bairros de Vargem Grande, de Vargem Pequena e de Itanhangá, e depois em áreas de Jacarepaguá. Acontece... Enquanto essas leis tiveram uma tramitação mais tranquila — porque elas visavam à regularização fundiária de loteamentos já edificadas, e com uma série de critérios e regras estabelecidas para que essa regularização fundiária respeitasse a questão ambiental, respeitasse o zoneamento da cidade, respeitasse os direitos e o território da cidade —, o que aconteceu com o chamado PLC 174, que visava inicialmente apenas estender o prazo dessa legislação, foi que ele se tornou efetivamente um grande vale-tudo urbanístico na cidade do Rio de Janeiro. E esse é o ponto. O PLC 174/16, que deu origem à Lei Complementar nº 188, de 2018 — quando se lê a ementa dele vemos isso —, aparentemente trata apenas da prorrogação de prazo, quase como que cumprindo os mesmos pré-requisitos das legislações anteriores, as Leis Complementares nºs 160 e 161, de 2015, mas não o era. Primeiro porque ele flexibilizava todos os critérios, a grande maioria dos critérios necessários para a regularização fundiária; e, segundo, porque ele fazia outra coisa, ele permitia a regularização fundiária em lotes e grupamentos ainda não edificadas. Esse era o tesouro para a milícia. Esse era o tesouro para a milícia! E esse projeto de lei foi de autoria do então Vereador Chiquinho Brazão, hoje Deputado, que fez de tudo para que esse projeto pudesse tramitar na Câmara de Vereadores. E, em todos esses momentos, teve a oposição da bancada do PSOL. Esse elemento deste projeto especificamente, que é aprovado por apenas 1 voto — porque ele necessitava de 26 votos, numa Câmara de Vereadores de 51 Vereadores, e ele obteve apenas 1 voto além do que necessitava naquele momento — foi uma batalha para que acontecesse. Inclusive, entrou na Ordem do Dia, foi retirado, pautado, retirado, muitas vezes retirado por ordem dos



próprios setores do Governo, do então Governo, ou tirado porque, de fato, se sabia que era um projeto de difícil aprovação. Esse projeto que se tornou uma lei complementar, hoje decretada inconstitucional exatamente pelos elementos que nós apontávamos naquele momento, é um exemplo — e aqui eu queria mostrar a clareza disso —, ele serve como um exemplo cristalino de como é que a bancada do PSOL se tornou um obstáculo para os interesses econômicos e políticos das milícias no Rio de Janeiro, porque esse é o elemento. A milícia no Rio de Janeiro tem um braço econômico, que, tradicionalmente, naquele período, lá em 2008, Presidente, se caracterizava, sobretudo, pela questão do transporte irregular, pelo "gatonet" etc. Mas parte do braço econômico da milícia passou a ser exatamente a questão do loteamento, das construções irregulares. Isso inclusive permitia a manutenção de currais eleitorais, que continuam a eleger esses mesmos Parlamentares que vão agir como braço político da milícia. Há uma articulação neste caso entre grilagem, extorsão, violência e controle do eleitorado, que resulta num poder político, que alimenta um poder econômico, que garante um poder político. O PSOL foi se tornando um obstáculo cada vez maior a esse tipo de associação das milícias na cidade do Rio de Janeiro, seja pela atuação na CPI das Milícias, seja por outras atuações, especificamente na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, seja por termos um olhar atento sobre a legislação urbanística que lá estava. Eu me lembro claramente de uma das votações desse PLC 174/16, quando, entre nós, discutíamos o assunto. E aqui digo que não era apenas o PSOL que discutia, mas o PSOL era a maior bancada, mas também outro Parlamentar, que infelizmente faleceu, em decorrência da COVID, Deputada Jack Rocha, senão eu sugeriria ao Conselho de Ética ouvi-lo. Eu me refiro ao Vereador Fernando William, que nos alertava sobre o perigo desse projeto de lei e como esse projeto de lei atenderia aos interesses da milícia. Por isso, votamos contrários a ele. É importante, mais uma vez, que se diga que o projeto terminou aprovado por 1 voto. Esse elemento era mais um sinal da lógica que o PSOL e outros Parlamentares — aqui eu citei o Fernando William, mas sobretudo o PSOL — se tornavam um obstáculo, uma sempre presente ameaça aos interesses dos milicianos no Rio de Janeiro.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Deputado, nesse sentido, com as informações, conforme colocado por V.Exa., em algum momento V.Exa. consegue notar a pressão ou a influência externa que está relacionada diretamente às milícias nas decisões legislativas que envolvem o Deputado Chiquinho Brazão?



O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Deputada Jack Rocha, a milícia não age abertamente. Ela não age em audiências públicas convocadas para debater a legislação urbanística. O que nós identificávamos é que, de uma hora para outra, entrava um novo projeto na pauta, na Ordem do Dia. Lá, diferentemente daqui, da Câmara dos Deputados, cada Vereador tinha o direito de indicar um projeto para a Ordem do Dia; embora regimentalmente seguisse sendo prerrogativa do Presidente da Casa a Ordem do Dia, havia um acordo para que os Vereadores apontassem projetos, que entravam na Ordem do Dia. De uma hora para outra, esses projetos entravam na Ordem do Dia, viravam pautas e, muitas vezes, saíam de pauta, entravam, debatiam etc. O que na verdade se consegue perceber no andamento é que, todas as vezes em que nós tentávamos tornar público... Quem fazia as coisas publicamente éramos exatamente nós. Ao chamarmos audiências públicas, criávamos obstáculos à tramitação desse tipo de processo, porque dávamos visibilidade a esse tipo de legislação. Portanto, a influência das milícias se dava, sobretudo, nos bastidores, nos quais nós do PSOL não éramos chamados a participar. Então, a grande perspectiva é de que, para que se mantenha... Como é fato a expansão nesses determinados territórios de loteamentos irregulares, que depois havia processos de regularização, oriundos de legislações que passavam pela Câmara de Vereadores, sempre sob interesse dos mesmos Parlamentares, isso é o elemento que, na nossa opinião, indica que a milícia está agindo nesta relação umbilical entre poder político e poder econômico, para que o poder delas se mantenha na posse, na regularização, na grilagem de terras, na expansão sobre áreas de proteção ambiental, no controle e domínio de áreas extremas da cidade, e não do centro da cidade. E há outro elemento, que, na verdade, em que se fazia conta. É claro que isso acabava se articulando com uma série de outros elementos, que, caso perguntado, eu posso esclarecer a V.Exa. e aos demais membros do Conselho de Ética.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Durante o seu tempo na Câmara de Vereadores, no Estado do Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro, quais foram as principais ações e iniciativas da Comissão de Assuntos Urbanos, que era presidida pelo Deputado Chiquinho Brazão? Houve algum foco nas áreas que estavam sob controle de milícia?

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Deputada Jack Rocha, fui Líder da bancada do PSOL, da mesma bancada de Marielle Franco, desde o ano de... Eu fui eleito



em 2016, tomei posse em 2017. Acho que fui Líder a partir do ano de 2018 ou 2019. Fui líder da bancada do PSOL, portanto, por 4 ou 5 anos seguidos. Em todos esses anos, eu, como Líder, entreguei à Presidência da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro a reivindicação de que o PSOL queria um assento na Comissão de Assuntos Urbanos. E a resposta sempre nos foi dita: *"Chiquinho Brazão não deixa. Ele é que detém o poder sobre a Comissão de Assuntos Urbanos."* Por que será? E a resposta, nesse caso, não era o Governo Crivella ou o Governo Eduardo Paes, era: *"O Chiquinho tem a Presidência; no acordo, ele terá a Presidência, e ele não quer"*. Por que será que isso acontecia? Qual é o objetivo? Curiosamente, eu fui, alguns meses atrás, fazer a pesquisa, inclusive, sobre períodos em que eu não era Vereador. O PSOL, através de um dos seus Vereadores, Eliomar Coelho, teve assento na Comissão de Assuntos Urbanos até o ano de 2009. Chiquinho Brazão assumiu a Presidência da Comissão de Assuntos Urbanos em 2008, e não largou essa Presidência até 2018. Portanto, durante 10 anos, essa Comissão de Assuntos Urbanos foi presidida pelo Deputado Chiquinho Brazão. E 1 ano depois — o último ano, portanto, que o PSOL teve uma cadeira na Comissão de Assuntos Urbanos foi 2009, com o então Vereador Eliomar Coelho —, depois disso, o PSOL nunca mais teve cadeiras na Comissão de Assuntos Urbanos. Esse elemento, na minha opinião, é um elemento que aquele lugar era interdito porque era a partir de lá que se poderia discutir e agir, do ponto de vista da fiscalização, a partir de mais um obstáculo. Eles precisavam retirar esse obstáculo que lá estava. Então, seja no voto, seja no acordo para a constituição das Comissões, ao PSOL era negada a presença nessa Comissão enquanto o Deputado Chiquinho Brazão foi Presidente dessa mesma Comissão. Esse elemento é um indicativo de que lá, naquela Comissão, nas reuniões da Comissão, na pauta que a Comissão definia, no debate que ela fazia sobre a cidade, ela estava restrita ao debate miliciano, na minha opinião, ao debate desse urbanismo flexibilizador e miliciano que, portanto, passava pela Câmara de Vereadores. Há uma série de outros Vereadores que por lá passaram, inclusive de partidos diferentes, alguns deles também enfrentam acusações de relação com as milícias. Mas eu quero dizer a V.Exa. que, ao longo deste período, ao PSOL era nítido isso. Todas as vezes que nós pedíamos a CCJ, a principal Comissão daquela Casa, o Governo dizia: *"Não, não dá para deixarmos essa oposição, essa oposição, que é oposição de verdade, estar na CCJ"*. Pedíamos a Comissão de Orçamento. E nós fazíamos um debate muito qualificado sobre orçamento daquela Casa, muito difícil também. Nunca tivemos o



que queríamos. E, de novo, era o Governo que dizia: "*Quando pedimos Comissão de Assuntos Urbanos, essa o Chiquinho não deixa*". Então, esse elemento é um elemento que indica claramente uma oposição e um elemento de que, a partir dali, a nossa presença, nesse espaço de poder e de interesse das milícias, estava vetada, indicando, mais uma vez, uma oposição que é, sobretudo, política, de modelo de cidade, de modelo de gestão do próprio território urbano, que indica que nós continuávamos a incomodar. É claro que nós não evitávamos continuar fazendo o debate urbanístico da cidade só porque não estávamos na Comissão de Assuntos Urbanos, mas estar lá teria sido mais um espaço também de disputa etc., e a nós era negado.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Deputado, V.Exa. já testemunhou ou ouviu falar das reuniões em que houve interação entre o Deputado Chiquinho Brazão e líderes da milícia e de grupos paramilitares?

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Se eu testemunhei? Não, ou seja, não há possibilidade... A milícia não vai nos chamar para esse tipo de reunião, nem o então Vereador Chiquinho Brazão me chamou para alguma reunião como essa. Então, a resposta para isso, sobre testemunhar alguma reunião própria... Como disse em outra resposta, a milícia não age às claras, não age por dentro dos canais institucionais. Ela tenta esconder seus interesses a partir de e quando enfrentados. Quando legislações de interesses deles têm que tramitar pelos canais minimamente transparentes, sofreram a nossa resistência. Mas sobre reuniões específicas, isso não... Não era a essas reuniões públicas e abertas a todos que nós — nós do PSOL, Marielle e eu — teríamos sido chamados à presença dessas reuniões.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Deputado, V.Exa., também, enquanto Vereador, dentro de um processo eleitoral, sabia ou ouviu falar não só dessas reuniões, mas também de qualquer promessa nesses redutos, que V.Exa. citou na primeira pergunta, de grupos relacionados à milícia que favoreciam as ações, a política eleitoral do Deputado Chiquinho Brazão?

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Quando, por exemplo, nós estamos numa eleição qualquer, e eu estou lá, por exemplo, em Jacarepaguá, vou fazer campanha na Grande Jacarepaguá, digamos assim, os locais em que nossa militância, em que nossas atividades de campanha podem acontecer são muitas vezes os locais dos centros dos bairros, onde a visibilidade é maior, onde a circulação de pessoas é maior. Se nós tivermos



que ir para lugares um pouco mais distantes dos chamados centros de bairro, isso coloca a nossa vida em risco e coloca a vida dos nossos militantes em risco. Nesses locais, o que é explicado por nós, por alguns dos moradores desses territórios ou pessoas que a gente encontra quando estamos fazendo campanha eleitoral lá? Que nesses territórios o voto é um condicionante para a continuidade dos favores que a milícia faz nesses espaços. E é exatamente por isso que, no final das contas, são os candidatos da milícia que lá têm maiores votações. É claro, Deputada Jack Rocha, que nós temos alguns votos lá. Eu tive votações lá, mas de pessoas que, muitas vezes, ao terem consciência — e viam o programa eleitoral na televisão — ou nos encontrando em outros lugares nesses centros de bairro ou no próprio centro da cidade, tomam conhecimento das nossas propostas e desejam inclusive se livrar do jugo territorial das milícias e dos currais eleitorais. Mas, via de regra, o que se escuta desse processo eleitoral, em territórios em que a gente nem sequer acessar, é que há, sim, uma troca de favores que garante a continuidade dos mandatos desses Parlamentares a partir de favores que são trocados com essa população, que, muitas vezes, carente de direitos públicos, carente de moradia, carente de saneamento, carente de serviços, acaba por se submeter a esses processos de curral eleitoral, de grilagem, de controle, de violação, de violência, que no final tem que se submeter a isso. Lembremos, Deputada Jack Rocha, que muitas vezes é prática miliciana dar exemplos, e prática muitas vezes copiada e similar ao que o tráfico de drogas faz em outros territórios dominados com tamanha violência. Lembremos que o episódio que dá origem à CPI das Milícias é quando dois jornalistas são queimados, são assassinados e queimados. Esta é a repercussão para que se amedrontassem outros jornalistas a não continuarem a cobrir as milícias. É desse tipo de violência em territórios que nós estamos falando. É sob esse tipo de terror que a milícia opera. E é sobre esse tipo de terror que nós estamos falando, do assassinato de Marielle Franco. O assassinato dela era para causar terror naqueles que ousassem enfrentar o poder político nos parlamentos desses milicianos. Essa é a conclusão que o relatório da Polícia Federal tem apresentado e que, na minha opinião, faz todo sentido, com a vivência que eu tive ao lado desse processo, é a tentativa de nos amedrontar, de nos aterrorizar. Esse é um ciclo completo de um poder, de um ecossistema que une crime, política, Polícia na cidade do Rio de Janeiro. Por isso, esse elemento é o elemento que explica a existência desse conluio entre eleição, curral eleitoral, poder econômico e poder político dos lugares que os milicianos ocuparam, dos vários lugares.



Nós estamos falando de um Vereador eleito por várias vezes, Secretário, não é um Secretário de..., Secretário de Ação Comunitária nesse processo, irmão de um conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, com outros parentes, ou nem parentes, mas que usam a marca fantasia do mesmo sobrenome para parecer que são parentes que ocupam Câmara de Vereadores e Assembleia Legislativa. A ocupação de poderes, de locais de poder, é decisiva para que os territórios continuem isolados, continuem sob o julgo do controle dessas milícias, e é decisiva para que eles não sejam desmascarados, como o PSOL e como Marielle Franco, como Marielle Franco fez. Porque esse é um elemento, Deputada Jack Rocha. A Marielle tinha um mandato que olhava para essa questão da legislação urbanística, que olhava para essa situação da legislação urbanística, que apresentou legislações que, via de regra... Bom, eu não fui perguntado exatamente sobre isso. Vou me abster para não descumprir a regra colocada aqui pelo Presidente.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Deputado, nesse sentido, todos esses elementos que você traz, ao longo do tempo, também na sua vivência na Câmara de Vereadores, houve denúncias formais de apoio de que esses grupos paramilitares e de milícias influenciaram, no caso, as eleições?

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Sim. Em todas as eleições, em todas as eleições nesse período, no pós 2008, nós procuramos a Justiça Eleitoral para denunciar os territórios sobre os quais a gente não consegue fazer campanha. Ou seja, há elementos de denúncias na imprensa, há elementos de questões que a gente coloca sobre isso. Então, neste ponto de vista, o controle territorial e a impossibilidade de fazer... Há procedimentos na Justiça Eleitoral. Há inclusive recomendações de maior fortalecimento do policiamento nos momentos de eleição nesses territórios, para pelo menos permitir que, na hora da votação, o eleitor não seja achacado, não seja extorquido. Mas é claro que a hora da votação não é hora de campanha eleitoral, embora a prática da boca de urna seja feita por muitas das políticas tradicionais na cidade do Rio de Janeiro e Brasil afora. Mas, sobretudo no período eleitoral, muitas reclamações, inclusive feitas pelo nosso partido, de que em determinados territórios nós não conseguimos acessar, o que fere o direito ao livre exercício democrático da campanha e do voto do eleitor.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - V.Exa. já presenciou ou tomou conhecimento de qualquer conflito direto entre Chiquinho Brazão e Marielle Franco ou



outros membros do PSOL, especialmente os que são relacionados na política de regularização fundiária?

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Então, Jack, aqui tem uma questão que é importante, que, muitas vezes, outras pessoas, que sabem o quanto eu convivi com Marielle, enquanto eu fui Vereador no mesmo momento que Marielle, muitas vezes me perguntavam. Me parece... Assim, a resposta para essa pergunta é que animosidade direta, imediata, contrária um ao outro no plenário, não. Mas imagine se essas pessoas, que estão hoje denunciadas pela Polícia Federal, pela PGR no relatório, essas pessoas, ou esse então Vereador, hoje Deputado, que pelo relatório da Polícia Federal está apresentado como mandante do assassinato, ia mesmo buscar brigar com aquela pessoa contra quem ele planejava, ou que ele ocupava, ou que imaginava que algum dia, ou com qualquer um de nós, que imaginava que algum dia teria que assassinar um de nós, e optou por assassinar a Marielle Franco? Me parece que não. Nossos conflitos e nossa convivência... V.Exa. e aqueles que aqui estavam acabaram de ver um Deputado Federal do PL... Eu não estou aqui acusando ele de nada, mas a minha relação com ele é absolutamente cordial, por mais que discordâncias políticas existissem, por mais que votações diferentes existissem. O respeito republicano no plenário de um Parlamento é um princípio para nós todos, mesmo que muitas vezes a raiva possa nos tomar e a gente possa... E este Conselho de Ética tem visto vários casos sobre isso. Na minha opinião, essa incompatibilidade entre os interesses da milícia e os princípios que o PSOL defendia e defende nos Parlamentos, sobretudo na Câmara de Vereadores, se expressa nesse processo de uma postura, de um contexto absolutamente que é um obstáculo aos interesses econômicos e políticos da milícia, que, como disse, precisa agir pelo menos publicamente, nos espaços públicos como o Parlamento, na surdina, nos bastidores, sem dar evidência para esse tipo de situação. Há elementos de que a presença no Parlamento não pode, na minha opinião — eu estou só expressando minha opinião a partir de sua pergunta —, ser o parâmetro para entender esse tipo de história. Até com o Carlos Bolsonaro a relação era cordial no Parlamento antes de o pai dele ser eleito Presidente da República. Portanto, não era um elemento que ficaria evidente nesse caso.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Deputado, nesse sentido também, a Vereadora Marielle Franco já chegou a relatar para você, já que vocês eram vizinhos de gabinete, ou a qualquer outro membro do PSOL, sobre tentativas de ameaças, tentativas



de silenciamento pela defesa da pauta relacionada às políticas públicas de regularização fundiária?

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Nós conversávamos, Deputada Jack Rocha, sobre o quanto as nossas posições podiam significar um risco para as nossas vidas. E aí há elementos, quando determinados territórios entravam em pauta, em que tínhamos que, obviamente, fazer uma avaliação sobre isso. Via de regra, essa avaliação não nos levava a mudar a votação ou a mudar o enfrentamento a esse tipo de situação, mas eram, sobretudo, avaliações dessa forma que apareciam sobre nós.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Deputado, V.Exa. estava ciente de alguma ameaça especificamente contra políticos que se opunham a essas iniciativas de Chiquinho Brazão?

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Olha, da milícia, nós tínhamos ciência de uma série de ameaças capturadas pelo Disque Denúncia na cidade e no Estado do Rio de Janeiro que pesavam sobretudo sobre o então Deputado Estadual Marcelo Freixo. Ele era o alvo de muitas das ameaças. Ele era o alvo de muitas das ameaças que nos chegavam a partir de denúncias anônimas do Disque Denúncia. Por isso, Marcelo Freixo era aquele que contava com proteção do Estado, porque sua vida era constantemente ameaçada. As ameaças que pesavam sobre nós, portanto, e sobre as quais nós tínhamos consciência, elas diziam respeito, sobretudo, ao fato de que nós não arredávamos pé no enfrentamento a esses grupos armados. Mas imaginávamos nós — aqui há, sem sombra de dúvida, algo de autocrítica a fazermos a nós mesmos do PSOL —, imaginávamos que essa covardia não se daria num nível de escolher uma outra pessoa de nós, uma mulher, negra, Vereadora, em ascensão política, para dar o recado de que nós devíamos parar de fazer o que fazíamos. Portanto, conhecimento de ameaças para o então Deputado Marcelo Freixo, sim, tinha conhecimento. E, embora não soubesse dos detalhes, muitas vezes o próprio Marcelo dizia para a gente: *"Olha, estamos num momento de maior crise de segurança; a ameaça sobre mim e sobre minha família é maior; preciso evitar uma agenda"*. Várias vezes em campanha, quando fui candidato a Governador e o Deputado Marcelo Freixo foi candidato a Deputado Estadual, várias vezes tivemos que cancelar agendas, porque havia alertas de segurança, porque não podíamos estar lá, mas, sobretudo, esses alertas de segurança recaíam sobre a figura do então Deputado Estadual Marcelo Freixo. Isso, em certa medida, era de notório conhecimento na cidade do Rio de Janeiro, e, por



isso, inclusive, a proteção à vida de um Parlamentar ameaçado de morte pela sua atividade parlamentar era algo que se justificava e se justifica até hoje, na medida do possível, em que determinados outros Parlamentares também muitas vezes estão nessa linha de ameaças colocadas sobre nossas cabeças.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Deputado, V.Exa. participou de alguma investigação interna ou já ouviu falar também das investigações que relacionavam as atividades com o Chiquinho Brazão e sua conexão com a milícia?

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Não, eu não participei da CPI das Milícias ou de qualquer desdobramento mais prático dela propriamente dito. Então, investigações a respeito desse elemento, não. É claro que nós acompanhávamos, eu acompanhava como Vereador, como amigo, companheiro de partido, tudo o que era visto, que saía na imprensa, ou mesmo do qual nós tínhamos acesso. Eu me lembro de uma vez ir até a uma reunião com o próprio delegado Rivaldo para saber como andavam as investigações da Marielle, mas não participei de nenhuma investigação a respeito dessa situação.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Na sua opinião, Deputado, quais seriam as consequências das ações legislativas de Chiquinho Brazão à frente da Comissão que presidia nos termos de urbanização e controle territorial pelas milícias?

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Eu acho que parte dessa resposta — e eu vou retomar —, eu falei a partir do exemplo da Lei Complementar nº 188. Mas aqui há uma série de outros elementos, de áreas de especial interesse social, de regularização fundiária, de elementos que garantiam a perspectiva, que é a seguinte, ou seja: a Lei Complementar nº 188, por exemplo... E, olha, ela foi uma lei que, no final, foi aprovada; um projeto de lei aprovado sem nenhum estudo técnico, sem nenhuma... Não havia sequer... Havia um elemento: as legislações anteriores que flexibilizavam em uma parte do território da cidade esse processo de regularização fundiária deram origem a centenas de pedidos de regularização, mas a grande parte deles não foi corroborada, não chegou ao finalmente. Por isso a necessidade, nesses territórios, de flexibilizar ainda mais, já que as regularizações fundiárias não estavam acontecendo. Era preciso regularizar mais, flexibilizar mais, para que justamente as áreas das milícias tivessem os seus loteamentos, os seus grupamentos regularizados e seu poder econômico, político e territorial reafirmado. É por isso que surge o PLC 174, é por isso que surge a Lei Complementar nº 188 nesse



processo. Esse era o tipo de desdobramento que se queria com as ações de regularização fundiária do Chiquinho Brazão, o varejo urbanístico que interessa à milícia e ao seu poder econômico e político. Nota: Marielle, por exemplo, apresentava um projeto de lei completamente diferente, ou seja, na Lei de Assistência Técnica, que se apresentava como assistência técnica, para que pudesse acontecer construção, reforma, ampliação de habitação de interesse social, incluía lá também a assistência técnica para regularização fundiária dessas áreas. Ou seja, ao contrário de uma regularização fundiária feita sem nenhum critério, a partir de leis aprovadas na Câmara de Vereadores que interessavam à expansão sobre áreas de proteção ambiental e à expansão desse poderio eleitoral, econômico e político da milícia, nós propúnhamos a assistência técnica para que todo mundo pudesse regularizar o seu lote dentro da lei, e não mudando a lei, e não alterando a lei da cidade, e não mudando esse tipo de situação. Essas são as diferenças. A lógica que nós aqui estamos tentando imprimir, a lógica que nós tentávamos imprimir é que a regularização fundiária é uma necessidade, mas ela não precisa e não pode acontecer ao arrepio da legislação urbanística da cidade e da legislação ambiental. Por que é que esses processos visavam sempre áreas da Zona Oeste da cidade, áreas dominadas e controladas pelas milícias? Porque isso interessava à continuidade do poder político, eleitoral e econômico dessas milícias, porque é lá nesses territórios onde tem o "gatonet", onde tem a van ilegal, onde tem a exploração do gás, onde tem a exploração de todos que são colocados. Então, a consequência e o desdobramento dessa legislação é a ampliação, a manutenção e a ampliação do poder político e econômico das milícias. E esse é o elemento contra o qual nós nos insurgimos, com outro modelo de cidade que a gente estava colocando.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Deputado, na representação apresentada também pelo seu partido, o PSOL, vocês alegam que o PSOL virou alvo da violência política, especialmente no Estado do Rio de Janeiro, e com o avanço do poder político e econômico das milícias, a partir do momento em que o partido de vocês alcança espaços na institucionalidade e no Legislativo. Como vocês veem essa situação a partir da atuação territorial de Marielle Franco?

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Então, Jack. É comum a determinadas bancadas — e isso acontece aqui no Parlamento também, e os Deputados membros da Comissão vão entender isto — que a gente tenha divisões temáticas. Nós não temos como



dar conta de todos os assuntos o tempo todo. Eu sou um Deputado que sou professor. Naturalmente, estou lá na Comissão de Educação e estou na Comissão de Cultura, que são os elementos importantes, embora qualquer debate — o debate hoje da reforma tributária nós vamos fazer... Ou seja, a gente tem uma certa segmentação sobre isso. O que acontece? Confesso que, na hora que vi, nas primeiras notícias, que o Ronnie Lessa, o assassino de Marielle, fez pesquisas em nomes de Parlamentares do PSOL, isso indicava para mim a seguinte situação: em determinado momento, eles estavam querendo buscar alguma coisa para nos desmoralizar. E aí pesquisaram o Renato Cinco, um Vereador que sempre teve na pauta urbanística fundamental atuação, que sempre tinha uma assessoria urbanística muito qualificada. Ele pesquisou o Eliomar Coelho, pesquisou o Chico Alencar, que está aqui. Ele pesquisou a mim. Pesquisou o Freixo, que enfrentava o poderio das milícias. Depois, há as pesquisas sobre Marielle Franco. O que isso indica? Ou seja, isso indica que, de fato, houve, em determinado momento, uma opção de que precisavam encontrar algo para parar o crescimento do resultado eleitoral absolutamente legítimo que os Parlamentares do PSOL tinham na cidade do Rio de Janeiro. Só que não é só isso, porque Marielle, embora Vereadora de primeiro mandato, no seu primeiro ano de mandato, começava a despontar como alguém que, sobre esses temas, teria um olhar especial — ela própria vinda de uma favela, a Favela na Maré. Portanto, havia um discurso e uma atuação que olhava para as periferias da cidade de forma prioritária. E não é possível falar de periferia na cidade do Rio de Janeiro sem entrar no debate dos direitos humanos e da questão fundiária, sobretudo em nível municipal, sobretudo no Parlamento municipal. Portanto, por exemplo, era o mandato de Marielle, naquele contexto, naquela quadra, que o Núcleo de Terras e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Rio de Janeiro procurava. Vou contar uma história. No dia 14 de março de 2018, pela manhã, eu fui ao gabinete de Marielle Franco para uma reunião com camelôs da Vila Kennedy, da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, que haviam sido despejados pelo então Prefeito Marcelo Crivella. Lá nós recebemos uma comissão de mulheres trabalhadoras que tinham perdido sua fonte de sustento na Vila Kennedy, na Zona Oeste. De lá saímos com vários encaminhamentos, que nunca foram tomados, porque ela foi assassinada naquela noite. Esse era o tipo de coisa que o mandato de Marielle fazia muito mais do que o meu, que estava recebendo, a essa mesma altura, professores, pais de alunos, estava discutindo a cultura. Marielle era, obviamente, aquela que representava a maior ameaça aos interesses urbanísticos da



milícia naquele momento. Não é que não nos interessássemos ou não estivéssemos em outras batalhas. Eu, naquele mesmo momento, era membro titular ativo da CPI dos Ônibus, enfrentando a máfia dos ônibus na cidade do Rio de Janeiro. Mas era a Marielle quem tinha naquele contexto uma assessoria e um olhar sobre a questão urbanística dentro da nossa bancada. Portanto, há um elemento claro, evidente, de mirar no grupo político — nesse caso, um partido. Mas eu quero repetir: outros Parlamentares se somavam a nós, mas era a bancada inteira do PSOL, naquele contexto, que atuava de forma a garantir esse modelo de cidade. Era preciso parar esse tipo de crescimento. E eles não contavam com a reação que esse crime teve. Eles não contavam com a reação da sociedade, que, por sua vez, deu força a todos nós para que continuássemos nesse processo. Esse é o elemento que, acho, cabe na resposta sobre como é que... E aí é a CPI das Milícias, é o desdobramento de que a gente lutou muito e votou contra a indicação do irmão do Chiquinho, do Domingos Brazão, para Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. É a nossa atuação enfrentando as máfias dos ônibus, inclusive, no debate sobre transporte, denunciando a questão do transporte que, muitas vezes, está sob controle das próprias milícias. Esse tipo de atuação corriqueira, cotidiana, era aquela atuação que precisava se parar, do ponto de vista da milícia, e que a milícia odiava. Por isso, resolvem e decidem tentar nos amedrontar. E decidem por um assassinato político, por um assassinato que é para fazer terror, que é para meter medo, que é para impedir que essa coisa continuasse acontecendo.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Por ora, terminei os questionamentos.

Devolvo à Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Agradeço à Deputada Jack Rocha e ao Deputado Tarcísio Motta.

Passo a palavra, para inquirir a testemunha, ao Deputado Chiquinho Brazão, se assim o desejar, e ao seu advogado, o Dr. Cleber Lopes, ou à Dra. Rita Machado.

A SRA. RITA MACHADO - Boa tarde, Presidente. O Dr. Cleber Lopes teve que sair e pediu desculpas.

Agradeço a participação do Deputado Tarcísio, mas a defesa não tem perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - O Deputado Chiquinho Brazão gostaria de fazer uso da palavra? O Deputado está acompanhando a sessão? O Deputado Chiquinho está *on-line*? (*Pausa.*)

O SR. CHIQUINHO BRAZÃO (S.PART. - RJ) - Boa tarde, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Boa tarde, Deputado Chiquinho. O senhor gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. CHIQUINHO BRAZÃO (S.PART. - RJ) - Quero só reafirmar, Presidente, a minha inocência no momento e deixar que o meu advogado... Ele é que, por enquanto, estaria tocando...

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Agradeço, Deputado Chiquinho.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Chico Alencar, que terá o tempo de 10 minutos.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Pois não, Presidente. Eu tenho que falar durante 10 minutos ou posso fazer indagações, e o depoente, a testemunha respondê-las?

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Pode fazer indagações, Deputado Chico.

No intervalo das perguntas, V.Exa. pode fazer as suas considerações.

V.Exa. Pergunta, e ele responde. V.Exa. tem 10 minutos para poder fazer as inquirições.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Então vamos, para usar uma palavra muito utilizada desde ontem, fracionar, não recursos ilícitos, mas as indagações. Deputado Tarcísio, eu me lembrei o tempo todo do seu depoimento tão franco, contundente e do também famoso versículo de João: "*A verdade liberta.*" Seu depoimento foi muito franco, muito autêntico, sem acusação infundada, mas muito substantivo. Nesse sentido, quero parabenizá-lo, porque é um depoimento de quem conhece. Então, eu faria, além das excelentes perguntas que a Relatora fez... Isto vai enriquecer muito, instruir muito o processo, a representação, o processo ético-disciplinar. Não é um processo judicial nem criminal; é um processo ético-disciplinar e político. Quais seriam os três ou quatro pontos de divergência entre a bancada do PSOL, a trajetória e os interesses políticos e econômicos da família Brazão? Eu quero lembrar que o Domingos Brazão, ex-Conselheiro do Tribunal de Contas, foi Deputado Estadual e foi Vereador também. Aliás, convivi com ele como Deputado Estadual e como Vereador. Então, eles atuam em conjunto, eles têm unidade política. Quais seriam três ou quatro pontos de divergência fulcral entre a atuação de uns, agora acusados pela Polícia Federal, e nós outros do PSOL?



O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Obrigado, Deputado Chico Alencar, pela pergunta. Eu vou tentar me ater a três pontos que acho que são importantes. O primeiro elemento é o seguinte: há um ponto fulcral que está inclusive presente no relatório da Polícia Federal, que é a oposição que o PSOL fez a uma cúpula política presente no Estado do Rio de Janeiro e que estava presente, por exemplo, em campanhas como o "Fora, PMDB!" naquele momento, do então Governador Sérgio Cabral e os tentáculos do Governador Pezão, que então controlavam a política no Rio de Janeiro com uma grande hegemonia manifesta sobretudo na construção de maiorias Parlamentares, manifesta, muitas vezes, da distribuição de cargos. E o PSOL se insurgiu e se insurge contra esse tipo de controle. Nasce, inclusive, no Rio de Janeiro, e se fortalece numa lógica de que o enfrentamento a esta cúpula está em todos os lugares. Aí acho que tenho um exemplo muito forte nessa história: as denúncias sobre a caixinha da FETRANSPOR e da caixinha da máfia dos ônibus, que levaram a uma série de operações da Polícia Federal, que levaram a uma série de prisões, a uma série de indiciamentos. Elas levavam, por exemplo, desde 2013 — portanto, antes ainda das Operações Quinto do Ouro e Cadeia Velha —, a que o então Vereador Eliomar Coelho propusesse uma CPI sobre os ônibus no Rio de Janeiro. Aí, ferindo uma tradição que, na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, existia, que era a de aquele que propõe a CPI tem a sua Presidência, há toda uma manobra política naquele momento para que a Presidência não ficasse com Eliomar Coelho. E a Presidência ficou nas mãos de quem? De Chiquinho Brazão. Ficou nas mãos dele defender os interesses da máfia dos ônibus. Foi uma CPI que não deu em nada novamente — deu em *pizza*. Apesar de todos os indícios que lá estavam, impediram o processo. Fizeram uma grande farsa, porque a máfia dos ônibus sempre teve muita relação política com este controle político que esse grupo exercia no Rio de Janeiro. Mas estava lá o PSOL, como pedra no sapato desses poderosos. A Polícia Federal recuperou uma publicação nas redes sociais, minha e de Marielle, exatamente no momento em que haveria uma manifestação do "Fora, PMDB!" naquele contexto. Esse é um tipo de elemento que é uma diferença fulcral. Nós defendemos um tipo de sociedade, de gestão e de política muito diferente. Agora, é claro que as diferenças existem e devem coexistir no Parlamento. O problema aqui está no momento em que a ação contundente, a ação reiterada destes Parlamentares começa a obstaculizar, a impedir a continuidade da expansão patrimonial, porque é isso. Estamos falando de alguém que teve o seu patrimônio crescendo 2.300% em pouco tempo.



Não sei como é... Não é possível que tenha sido isso com o bom salário que recebia como Parlamentar. Quando começa a impedir, a incomodar o controle territorial e econômico, a gente começou a incomodar cada vez mais, porque incomodava na política. O segundo elemento é o que foi fartamente apresentado nas perguntas feitas pela Relatora, exatamente na questão da legislação urbanística. Esse elemento é central no debate que está aqui colocado, porque sem a legislação urbanística ou com uma legislação urbanística onde minimamente a fiscalização existe onde a fiscalização funciona, onde ela é transparente, onde há a questão da preservação ambiental, o direito à moradia está garantido, a milícia perde poder territorial. A milícia é um tipo de poder fundado numa lógica de desigualdade, que precisa ser enfrentado. Este poder político é absolutamente autoritário, antirrepublicano, antidemocrático, porque ele controla eleitores, controla cidadãos, controla a partir de violência, de extorsão. Hoje, no Rio de Janeiro, há relação entre esses grupos e os grupos tradicionalmente mais vinculados ao tráfico de drogas. Cada um está copiando políticas e lógicas dos outros. E esse domínio só se expande nesse período. Nós, com uma CPI lá em 2008, com a atuação parlamentar de nossa bancada estadual, com a atuação das nossas bancadas municipais neste processo, na questão urbanística, é um segundo elemento que está colocado. Portanto, há um conjunto de questões do ponto de vista desse controle de poder por uma mesma máfia, de um marco de poder no Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, há o debate urbanístico colocado aqui nesse processo. Nesse tipo de situação, claro, há o próprio tema das milícias: o de dar visibilidade a ele; de colocar no centro da política; de não naturalizar o controle territorial que esses grupos armados têm. Claro, na minha opinião, são os três pontos que eu destacaria, assim, de memória, de início, na pergunta de V.Exa.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Obrigado, Deputado. Continuando, é sabido que a bancada do PSOL, na Assembleia Estadual, foi a única que votou unanimemente contra a indicação de Domingos Brazão para Conselheiro do Tribunal de Contas em 2015. Antes dessa situação em que se encontra agora, acusado de ser o mandante, com o seu irmão, do terrível assassinato de Marielle e Anderson, ele foi investigado na Operação Quinto do Ouro no Tribunal de Contas, foi até afastado das suas funções temporariamente. Isso seria um elemento a mais de animosidade da família contra o PSOL? O segundo ponto, como V.Exa. lembrou bem, é que a figura-alvo das milícias, inclusive tendo recebido ameaças concretas, o que lhe valeu proteção do Estado, era



Marcelo Freixo. Quais são as relações de Marcelo Freixo com a nossa saudosa Marielle Franco? Isso poderia também colocá-la como alvo no corredor dessa morte inominável, absurda? Nós fomos, segundo o próprio Ronnie Lessa, alvo de um levantamento da parte dele. Mas por que, no caso da Marielle, ele teria mais razões para não só pesquisar como também perpetrar esse crime, que ele reputa como indicado, pedido, pago, acertado pelos irmãos Brazão?

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Chico, é isso. Nós tivemos duas grandes operações acontecendo no Rio de Janeiro no mesmo período, em 2017, que são a Operação Quinto do Ouro e a Operação Cadeia Velha. A Operação Quinto do Ouro foi essa que envolveu — e acabou prendendo, naquele momento — a maioria dos membros conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, do órgão responsável pela fiscalização do orçamento público. Nesse ponto, envolveu o próprio Domingos Brazão, irmão do aqui representado. E houve ainda mais um elemento nesse processo, porque nessas duas... Aí, eu não lembro se é na Quinto do Ouro ou na Cadeia Velha. Acho que, na Cadeia Velha, há uma ação do próprio Marcelo Freixo — era a Cadeia Velha — para poder impedir a posse de outro político do PMDB, o Edson Albertassi, como Conselheiro do Tribunal de Contas. E essa ação, movida pelo então Deputado Marcelo Freixo, impediu que esse político fosse nomeado e que, portanto, o processo da Cadeia Velha viesse para o Supremo Tribunal de Justiça. Notem: esse grupo mafioso, que controla, que controlou a política no Rio de Janeiro manipulava inclusive as indicações ao Tribunal de Contas para que pudessem retardar as ações judiciais sobre isso. E quem é que, de novo, estava lá para dar entrada? Quem é que estava lá para votar contra? Era o nosso partido. Eu quero dizer claramente que, em determinados momentos, mesmo sabendo que outros Parlamentares, respeitados, etc., acabavam sendo orientados por uma lógica prática e pragmática de maiorias, de acordos, e não estavam lá, o PSOL continuava a fazer isso. Esse elemento, Chico, você sabe que esta coisa sempre passou pela nossa cabeça: *"Por que Marielle? Por que não outros de nós?"* Há uma explicação que é, ao fim e ao cabo, mesmo que inconscientemente ou conscientemente, a expressão do machismo e do racismo estrutural que nós temos na nossa sociedade. Escolhem entre os seis então Vereadores a única mulher dessa bancada, a mulher negra favelada. Por que escolhem? Qual é a avaliação? Por que avaliavam que seria aquela que daria a menor repercussão na sociedade? Por que, ao escolher outras pessoas pesquisadas, ao escolher o notório e conhecido Chico Alencar ou o Parlamentar



que tinha sido candidato ao Governo do Estado e, então, estava na CPI dos Ônibus, a repercussão seria maior? Se foi isso, erraram — e erraram feio. O que o relatório da PF nos indica era algo que a gente sabia, mas que talvez tenha ficado mais evidente. Essa explicação, ao buscar pela memória diante dessa terrível pergunta — por que Marielle? — , a gente também percebe que não foi a mera reunião que ela fez com os moradores de Vargens ou a atuação dela em Rio das Pedras, porque, em muitas vezes, inclusive, a atuação coincidia, por razões absolutamente diferentes, às vezes com interesses pontuais de algumas dessas pessoas, mas era a perspectiva de que Marielle era o mandato, naquele contexto, que certamente continuaria a incomodar nos processos de regularização fundiária. Mesmo que Marielle tivesse, na Comissão da Mulher, o seu principal elemento, era de Marielle que vinha grande parte das interpretações, das análises da questão urbanística naquele momento. Então, há todo esse elemento. Aí, claro, por que não foi Marcelo Freixo? Porque, sim, Marcelo Freixo contava com carro blindado, segurança armada. Era muito mais difícil chegar ao Marcelo Freixo. E o que era preciso era dar um recado. E o recado foi dado. A questão é que, com o recado dado, esperava-se que nos recolheríamos aos nossos cantos e, amedrontados que estávamos, pelo medo que sentíamos, a gente ia passar a pactuar nas votações desses Conselheiros de Tribunal de Contas do Estado. Nós não fizemos isso — não fizemos. Esse é o elemento. Essa é a derrota deles. Essa é a derrota deles, porque nós não o fizemos. E esse elemento só foi possível porque a reação da sociedade nos deu força para seguir esse caminho. *(O orador se emociona.)*

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Isso é para vocês verem que esse tema nos abala e nos atinge. E a palavra dita com a alma, com o coração, é muito mais potente, muito mais robusta. O PSOL faz a representação contra o Chiquinho Brazão porque ele é Deputado. E, para nós, é impensável conviver com alguém acusado, com elementos robustos, preso, o que não significa que está condenado criminalmente, porque tem que haver amplo direito de defesa. Eu quero fazer muitas indagações quando do depoimento dele, que tem que ser feito logo; mas isso, para nós, é um tema caríssimo, porque significa um pedaço de nós que foi arrancado de forma covarde, brutal e hedionda nessa política gangsterizada que há no Rio de Janeiro. No sentido de ocupação de espaços de poder para, obtendo influência e reproduzindo até mandatos parlamentares, continuar uma operação criminoso, que tem a ver com acumulação de poder, prestígio e riqueza



material, faço uma indagação. Na convivência com o então Vereador Chiquinho Brazão, ele fazia muitas indicações legislativas à Prefeitura para melhorias ou intervenções urbanas em áreas sob o seu controle eleitoral, econômico, político e, quem sabe, miliciano? Para além dos projetos de lei que V.Exa. já citou, inclusive o PL 174, há também essas indicações legislativas? Por que essa bonomia de pessoas que, como depois se verifica, têm muito vínculo com uma política baixa, para dizer o mínimo, na dominância política? Quero lembrar que Chiquinho Brazão inclusive estava licenciado do mandato parlamentar federal e era Secretário do atual Prefeito. Qual é a imbricação disso tudo, desse possível crime com a ação formal, burocrática, oficial?

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Então, Chico, deixe-me tentar, já que estamos aqui entre professores de história, lembrar que essas práticas de controle do voto sempre envolveram, no Brasil, desde os tempos do coronelismo, desde a Primeira República, práticas que eram de violência, de ameaça, mas elas também sempre envolveram a prática de se tornar elo para fornecer alguma melhoria naquele lugar. Portanto, há essa lógica de que o Parlamentar é o benfeitor, aquele que realiza as obras, aquele que pede as obras ao Poder Executivo e que passa a ser autor daquelas obras. Isso é muito comum e passa a ser comum também nas áreas de milícia, exatamente para aqueles Vereadores que estão a controlar territorialmente aquelas áreas. Por exemplo, foram notórias as indicações legislativas no entorno do próprio haras que tinha relação com a família Brazão. Várias ruas ali do entorno tinham indicações de obras de empresas, de empresas públicas no entorno ali. Esse é um dos métodos de controle territorial que subvertem, muitas vezes, a lógica do próprio orçamento público e da definição das prioridades, em que a prioridade é aquilo que o Parlamentar indica: que a obra deve ser feita, na rua em que ela deve ser feita. E é exatamente por isso que, em parte do poder, há um círculo nesse processo, em que há a violência, a extorsão, a grilagem, a regularização, as indicações legislativas. É preciso que, portanto, a família esteja o tempo inteiro ocupando esses cargos de secretários, conselheiros. Chegam ao cúmulo de ocupar um cargo que fiscalizaria o uso do dinheiro público, o de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. É preciso encontrar uma outra pessoa que vai adotar o nome Brazão para ocupar a cadeira de Vereador, porque não tem mais nenhum. Depois, agora, já lançaram mais um da mesma família, numa lógica familiar que lembra muito, nesse ponto de vista, o coronelismo rural lá da Primeira República. É uma forma de controle do voto que também se baseia nisso,



porque a gente também precisa lembrar que o povo está, muitas vezes, nessa lógica. Essas mesmas pessoas produzem uma descrença na política e se absorvem e se valorizam nela, porque, como político é tudo... A política está criminalizada. O que se espera é que o eleitor vá dizer: "*Vou continuar a votar naquele que está ali controlando*". E, ao mesmo tempo, é a mesma pessoa que vai cobrar a taxa, é o mesmo grupo que vai cobrar a taxa pelo transporte, que vai cobrar a taxa dita de segurança, que vai cobrar a taxa do "gatonet". Esses tipos de elementos, eles estão imbricados, profundamente imbricados. Eles são, portanto, um modelo político de poder na nossa sociedade, que a gente precisa lutar muito para reverter, porque é muito complexo, sobre o qual a gente vai precisar ter muita força. Claro, é esse elemento que eu acho importante que a gente traga aqui também para o próprio Parlamento brasileiro, seja numa análise específica do caso do representado, o Deputado Federal Chiquinho Brazão, seja no restante da política com que a gente trabalha aqui dentro da Câmara dos Deputados.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - O assassino Ronnie Lessa disse que os Brazão infiltraram no PSOL um sujeito lá — deixe-me ver o nome dele aqui, Laerte —, para observar a dinâmica do partido. Isso seria um elemento de concretude ou, pelo menos, um indício forte de que a trama macabra para nos tirar Marielle e Anderson — e quase nos tirar Fernanda — era realmente planejada por esses dois aí?

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Olhe, Chico, é isso. Eu sou do PSOL desde a sua fundação. Nós fazemos processos congressuais e de filiação que são, muitas vezes, para chamar as pessoas a se filiarem ao nosso partido. Mas olhe o que a Polícia Federal descobre, que há uma pessoa infiltrada para entender melhor como é que funciona o partido, dar dicas sobre coisas e alertar quando estivéssemos avançando na ameaça dos interesses econômicos e políticos das milícias. Olhe o ponto a que nós chegamos nesse processo. Identificando que havia uma tentativa de desmoralização, ao não conseguirem desmoralizar, decidem provocar o terror e o medo entre nós. Esse elemento foi apontado pelo Ronnie, da infiltração de uma pessoa. E o próprio Ronnie Lessa, depois — e só depois —, por causa da repercussão do caso, avalia que o Laerte pode ter, inclusive, aumentado um pouco o papel da Marielle para poder garantir aquilo com o que ele havia se compromissado. É absolutamente terrível que a gente esteja diante de uma situação como essa.



O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Quis "mostrar serviço", não é? Para encerrar, eu considero, inclusive, que a investigação da Polícia Federal tem lacunas. Na minha avaliação pessoal, não foram só esses dois a operarem essa trama, mas eles têm elementos muito substantivos para serem investigados e, possivelmente, incriminados. De qualquer maneira, como V.Exa. vê o interesse direto do Deputado em questão, do Deputado representado, na eliminação de Marielle Franco? Nesse cenário, assim como nós nos indagamos por que a Marielle — V.Exa. já respondeu sobre essas indagações dramáticas para nós — por que o Deputado Chiquinho Brazão estaria nessa trama? Eu tenho muitas perguntas a fazer para ele, inclusive, sobre os encontros com Ronnie Lessa, que também já esteve muito próximo a Bolsonaro, que até o recomendou, anos atrás, para uma operação numa BR, quando uma granada tirou uma perna desse sujeito, que anda em péssimas companhias e terríveis ambientes, mas isso é uma outra instância de apuração — que tem que ser feita, aliás. No caso, Chiquinho Brazão alega não ter nada a ver com essa história, embora todo o contexto político que V.Exa. trouxe aqui mostre que há desavenças, há divergências. Por que chegar a esse limite da eliminação física de um adversário? É bem verdade que Domingos Brazão já reconheceu que matou alguém lá, por uma briga qualquer, na Assembleia Legislativa, em um embate com a então Deputada Cidinha Campos. Então, há um histórico de brutalidade, de se resolver à bala, que é próprio da gangsterização da vida política brasileira, desde os jagunços da República Velha, desde a Colônia. No caso, especificamente, por que o homem gentil no trato, como algumas testemunhas talvez venham trazer aqui, chegou a esse ponto?

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Deputado Chico, primeiro eu acho que, em algumas respostas que eu dei aqui, eu procurei demonstrar a minha avaliação a partir do lugar em que eu estava e estou — portanto, de Vereador e de, hoje, Deputado Federal — de que a família Brazão é parte importante de um marco de poder no Estado do Rio de Janeiro. E a família Brazão inclui o representado Chiquinho Brazão. Na ocupação de cargos — Tribunal de Contas, Deputados, Vereadores, Secretários —, há uma profusão. Eles crescem do ponto de vista do poder, a partir de quê? A partir do seu conhecimento, do controle territorial que têm de determinadas áreas e de um controle de determinadas atividades. Vários processos indicam inclusive ilícitos na máfia dos combustíveis. Há vários elementos de processo apresentados sobre esta família e sobre o representado que estão colocados aqui. Portanto, há o elemento de um marco de poder no Rio de Janeiro, um



marco de poder profundamente degenerado. Lembremos — eu nem sei de cabeça mais a conta — quantos Governadores no Rio de Janeiro terminaram presos. Foram presos Governadores e ex-Governadores. Foram quatro, cinco, seis? Nós já passamos de uma dezena? Eu não sei, porque são vários em um processo de marco de poder. É isto: nas operações colocadas como a O Quinto do Ouro, há notória presença da questão... Por que é que se escolhe exatamente Chiquinho Brazão para fazer a CPI, para blindar a máfia dos ônibus em 2013? Eles faziam parte desse marco de poder. Por que é que eles continuam a ocupar secretarias públicas? Esta família fazia parte de um marco de poder. Por isso, este é o elemento. E eu quero deixar isto bem claro aqui. Muitas vezes, quando as pessoas perguntam: "*Tinha mais gente envolvida?*" Eu confio nas investigações da Polícia Federal, mas eles fazem parte de um marco de poder. Na minha opinião, eles estavam lá, e há muito mais gente envolvida nesse processo. Segundo, a milícia tem a violência como seu elemento constituinte, como sua lógica de agir político. A milícia é violenta, a milícia pratica assassinatos. São comuns, na Baixada Fluminense, assassinatos entre Vereadores de grupos milicianos diferentes, que matam para conseguir aquele cargo, porque o suplente é envolvido na outra história. Quando fui dar depoimento sobre o assassinato de Marielle pela primeira vez, perguntavam-me sobre o suplente de Marielle, o Babá, nosso querido companheiro. Na lógica, inclusive a da polícia do Rio de Janeiro, o princípio do assassinato de um político é por conta de interesses pecuniários, imediatos. Neste caso não é, não foi, não faz o menor sentido. Todos nós que conhecemos o ex-Deputado Federal Babá sabemos disso, de que ali o interesse era diferente. E é exatamente por isso que eles contaram com a baixa repercussão, e por isso eles erraram, porque, este crime político, embora todos os crimes políticos devam ser investigados e a dor da família e dos amigos dos Vereadores que são assassinados na Baixada Fluminense cotidianamente também é uma dor que precisa ser respeitada, mas aqui o motivo era outro. Mas, se o motivo era outro, isso não retira que a violência é uma prática política da milícia no Rio de Janeiro. E eles imaginaram que não haveria reação, que cairia na história comum de uma parte. Nós dizíamos, lá em 2018, quando conseguimos começar a pensar sobre aquilo que tinha se abatido sobre nós, sobre o quanto era importante que nós não deixássemos que no Brasil nós vivêssemos um processo de mexicanização da política, onde assassinato político seria algo corriqueiro. E este segue sendo um perigo que cai sobre nós. Mas a justiça por Marielle é também a busca de que isso não aconteça mais contra nós. Por quê? Na minha opinião,



porque os indícios de hoje apontam. Quero lembrar mais: eu me lembro, quando eu estava na Câmara de Vereadores, Relatora Jack Rocha, que, quando surgiram as reportagens que apontavam na direção do Marcello Siciliano, então outro Vereador, e nós, como sempre fizemos, eu e nenhum de nós da bancada do PSOL subiu à tribuna para acusar antes de que as investigações pudessem avançar sobre isso. Mas, desde aquela época, seguiam rumores dizendo: *"isso aqui pode ser caso de um adversário miliciano dos mesmos territórios"*, e o adversário miliciano era exatamente a família Brazão. Mas também não subíamos na tribuna para acusar o Brazão naquele momento, nesse tipo de situação, porque confiávamos na continuação das investigações policiais a respeito disso. Aí se descartou o Marcello Siciliano, apesar de todos os indícios que existem sobre outras questões, que não vêm ao caso aqui — ele tem de responder nos processos da Justiça que vierem, e tem de haver o amplo direito de defesa —, mas, apesar disso, nós nunca subimos à tribuna para, apressadamente, fazer isso. Mas, desde aquela época, nós dizíamos: *"este crime é político, e ele tem conotações políticas; queriam atingir mais pessoas do que a Marielle e escolheram Marielle para isso"*. E esse processo, isso, na minha cabeça, na minha intenção e em tudo que está colocado até hoje, faz todo o sentido. Na minha vivência, na minha história, isso faz todo o sentido, Relator. E este é o processo que, na minha opinião, é algo que explica a motivação e que imagino que tenha sido por isso que eu tenha sido arrolado aqui como testemunha. Obrigado.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Dezoito segundos. Parabéns pelo seu depoimento!

A Relatora, que estava em uma aridez danada em termos de testemunhas, agora está com uma chuva copiosa e fecunda para fazer o seu trabalho.

Faço uma pergunta final, porque até a defesa argumentou que a ausência de testemunhas, a desistência de testemunhas implicava, talvez, em parar o processo, na sua debilidade. Eu indago, a partir do seu depoimento corajoso, franco, substantivo, emocionado e racional — uma memória impressionante de um bom professor de história que é —: essa desistência de vários depoentes e um certo desinteresse da Casa em zelar pela sua própria idoneidade e imagem é medo? Medo do quê, se são tão bonzinhos assim? Ou é corporativismo?

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Deputado Chico, eu não tenho como aferir nem como responder objetivamente por que as pessoas negam. Eu posso dizer por



que eu vim. Eu vim porque eu acho que eu tinha muito a falar, porque eu tinha o que dizer sobre esse processo, porque eu tinha isso como tarefa. E, notem, eu respeito profundamente as investigações e estou aqui o tempo inteiro tentando colocar o meu conhecimento do que se passa no contexto do Rio de Janeiro e o que se passava na Câmara dos Vereadores, porque eu acho que é esse o conhecimento que a Relatora precisa ter para proferir o seu parecer, mesmo que emocionado, mesmo que emitindo aqui elementos que para mim fazem sentido, porque esse é o papel que me cabe neste momento de testemunha do que vivi, do que vi, do que entendi, do que refleti nesse período todo. Eu acho que, sem sombra de dúvida, muitas outras pessoas teriam muito a dizer aqui. Para algumas delas deve ter sido por medo, por cooperativismo, porque não querem se colocar nessa situação. Mas nós fomos colocados nessa situação quando nos tiraram Marielle. Dessa situação não temos como recuar. Eu fui candidato a Governador no mesmo ano, ou seja, no mesmo ano do assassinato da Marielle estávamos lá falando das máfias do Rio de Janeiro. Esse, para nós, é um elemento do qual não iremos recuar. Todas as vezes em que fomos chamados a falar sobre isso nós falaremos. Sabemos do risco que corremos a partir daqui e desde então. Sabemos, porque era isso que eles queriam que nós soubéssemos. Mas saber disso não nos impede de: *"Não, não vamos mais nos meter nesse assunto; o melhor é ficar quieto"*, não. Para nós, nós vamos expor, nós vamos continuar, porque essa é a única chance que temos de derrotá-los, de derrotar aquelas pessoas que mataram e que mandaram matar Marielle e Anderson. É assim que sabemos que vamos conseguir justiça pela nossa companheira e amiga.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Parabéns! Presidente, eu fiz uma crítica considerando as investigações da Polícia Federal ainda insuficientes, na minha visão. Mas tenho que reconhecer que foi graças à colaboração da Polícia Federal que as investigações andaram e chegaram ao ponto em que estamos, que é um salto, que é um passo adiante, mas não conclusivo ainda. Nós, como Câmara dos Deputados, temos a obrigação de fazer a nossa parte.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Agradeço ao Deputado Chico Alencar.

Concedo a palavra à Deputada Sâmia Bomfim por 5 minutos.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (Bloco/PSOL - SP) - Obrigada, Presidente. Eu vou ser mais breve do que isso.



Na verdade, eu não vou fazer mais nenhum questionamento, porque o Deputado Chico já me contemplou. Eu só me inscrevi e garanti a inscrição, primeiro, para cumprimentá-lo, para cumprimentar a Relatora Jack Rocha e lhe desejar força e boa sorte na elaboração do relatório, uma tarefa fundamental para o Brasil e para o mundo, e para cumprimentar a testemunha, o Deputado Tarcísio Motta, pela coragem, pela lucidez e pelo esclarecimento tão necessário para a sociedade brasileira.

Sem dúvida, esse julgamento aqui na COETICA é um dos mais importantes dos últimos anos para o Brasil e para o mundo, porque estamos falando de uma medida de reparação de justiça da Câmara ao, evidentemente, considerar uma quebra de decoro. É um absurdo inaceitável que se mantenha um Parlamentar, alguém que tenha mandado matar a nossa companheira e que trouxe um legado tão fundamental na luta pelos direitos humanos, pelos direitos das mulheres e pelo enfrentamento às milícias.

Se temos um recado importante diante de tudo isso, desse julgamento, da repercussão que o caso teve, das suas palavras agora pela exigência por justiça, é que não podemos mais naturalizar que o Estado conviva com as milícias e que o poder político, muitas vezes no Judiciário, nos Tribunais de Contas e nas diferentes entranhas da sociedade, sobretudo no Estado, perpetue-se através de figuras do crime organizado e desse ato tão específico e brutal que acontece principalmente no Rio de Janeiro: milícias que matam ou mandam matar e tratam as pessoas dessa forma.

Por isso, os meus parabéns. Estamos juntos.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Obrigado, Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Concedo a palavra ao Deputado Pastor Henrique Vieira por 5 minutos.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (Bloco/PSOL - RJ) - Boa tarde. Eu também quero saudar o amigo Deputado Tarcísio Motta. Quero parabenizá-lo pela coragem, pela firmeza, pela consistência. Quero que V.Exa. saiba que não está sozinho. Estamos juntos, somos parte de um mesmo projeto de sociedade, de cidade e também dos valores da fraternidade e da amizade. Faço duas perguntas e depois eu concluo. Nós falamos que milícia é máfia e que ela está dentro das estruturas de poder do Estado, no caso do Rio de Janeiro. Eu queria que V.Exa. falasse um pouquinho sobre isso, sobre esse caráter intrainstitucional da milícia como máfia, como organização criminosa. Ele passa pelo controle territorial, na ponta, mas tem braços no Parlamento, tem braços no Executivo, tem



braços institucionalizados. Eu acho que isso tem a ver, inclusive, com tanta dificuldade para se chegar à resolução do caso da nossa amiga Marielle, com muitos braços de proteção e, segundo os indícios, até de obstáculos para a própria investigação. Por que podemos dizer que milícia é crime organizado, não paralelo, mas dentro das estruturas de Estado? A segunda pergunta é sobre a dificuldade que existe para se chegar a determinadas respostas no Rio de Janeiro. Eu queria que V.Exa. comentasse como foi difícil cassar as medalhas de louvor e homenagem ao Deputado Chiquinho Brazão agora na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. O quanto isso pode revelar sobre esses esquemas no Rio de Janeiro e o quanto eles estão dentro, e não fora, da política e das estruturas de poder? Depois eu concluo o restante.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Obrigado, Deputado Henrique. Olha só, primeiro, essa pergunta, isso que o Deputado Henrique falava, Relatora e Presidente, milícia é máfia e a máfia tem projeto de poder, é importante voltar um pouquinho na história, e essa história é desvendada exatamente na CPI das Milícias. É importante lembrar que Marielle era assessora do Deputado Marcelo Freixo — assessora do Deputado Marcelo Freixo — durante a CPI das Milícias. Esse não é um mero detalhe do porquê que era escolhido. Marielle tinha atuação presente e muito atuante na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, que se tornou um lugar de referência para que todo mundo que fosse atingido pela violência do tráfico ou da milícia recorresse ao Estado. Há uma quantidade de famílias vítimas de violência no Estado que foram atendidas pelo Deputado Marcelo Freixo, por Marielle Franco, depois por Renata Souza, por Dani Monteiro, Parlamentares que passaram pela Comissão de Direitos Humanos da ALERJ, que inclusive chegou a ser presidida pelo Deputado Chico Alencar antes disso, ou seja, há uma tradição daquele espaço. É claro que aí se enfrenta a questão. E Marielle foi assessora do Deputado Marcelo Freixo nessa CPI, que é um marco na história do Rio de Janeiro. Eu quero explicar por que, e isso ajuda a responder a pergunta do Deputado Henrique. Quando as milícias surgiram no Rio de Janeiro, ainda chamadas de Polícia Mineira, a lógica que elas apresentavam para as comunidades era a seguinte: *"Aqui, nós não deixamos ter o tráfico de drogas, mas em troca vamos cobrar uma taxa de segurança"*, ou seja, o morador de uma área dessas, em troca de se livrar da presença do tráfico e, portanto, das operações policiais, dos tiroteios, das balas perdidas, etc., paga uma taxa de segurança para que não tenha o tráfico ali e, portanto, a milícia se constitui — e por isso o nome "milícia" — em



grupos armados. Aí, sim, Deputado Henrique, à parte do Estado, para controle, para oferecer um tipo de segurança privada, criminosa, naquele contexto, em troca de uma suposta ausência do tráfico. O problema é que as milícias logo percebem que isso não dava toda a grana que poderia e que, além do serviço de segurança, poderiam oferecer o serviço de transporte, a van pirata, poderiam oferecer o serviço de televisão, o tal "gatonet", poderiam oferecer outros serviços, e todos eles seriam cobrados. Portanto, a milícia passa a se tornar um grupo que ali, em tese, está oferecendo determinado serviço. Até ali, imaginamos: "*A milícia está substituindo o Estado*". O problema é que para que a milícia ofereça o transporte ilegal ela precisa que a Prefeitura não ofereça o transporte legal. Para que ela ofereça o gás, que também é outra fonte, ela precisa que o Estado não dê garantias para que o fornecimento legalizado de gás aconteça, e assim sucessivamente. E aí a milícia percebe que para ela estar no Estado para garantir que esses serviços continuem a ser oferecidos é um ponto importante. E aí nós chegamos à questão da regularização fundiária. Em cada um desses territórios mais distantes do centro, aonde a cidade vai chegando e vai crescendo de forma, na minha opinião, equivocada do ponto de vista urbanístico, era possível criar novas comunidades já para o domínio. Olha o que, pelo relatório da PF e pela delação do Ronnie, foi oferecido pela família Brazão ao Ronnie: um novo loteamento, onde lá ele poderia comandar todo esse tipo de serviços, da segurança armada ao oferecimento dos vários serviços lá colocados. Portanto, a milícia de um espaço que age à revelia numa oferta dessa perspectiva de segurança, que já é autoritária desde o início, porque ela já é extorsão e cobrança — porque quem não paga vai ter punição, quem não paga vai ter o seu comércio, vai ter a sua casa num achaque —, se passa de uma lógica de que, a partir ou de dentro do Estado, se constrói e se amplia o poder. Por isso é que a milícia entra no Estado. E esse elemento a diferencia de outros grupos paramilitares e de outros grupos que exercem seu poder extorsivo sobre territórios periféricos no Rio de Janeiro. A questão, que hoje cada vez mais observamos no Rio de Janeiro, é que um grupo está imitando as práticas dos outros e já não há mais práticas distintas. O processo... E isso é um elemento de novidade hoje, ou seja, o poder político das narcomilícias, porque, sim, elas começam, então, abandonando aquele mito original do uso da sua violência, passam elas próprias a entender que o tráfico de drogas também é um tráfico lucrativo sobre isso, assim como os grupos de traficantes, que começam a perceber que, se eles construírem prédios e cobrarem por esses prédios, e também se eles oferecerem "gatonet", eles também vão



ganhar mais dinheiro, essas coisas se misturam e cada vez está mais difícil distinguir um lado ou outro. Mas acontece que o que estamos discutindo aqui, de 2008 para cá, é exatamente a presença desses grupos poderosos dentro do aparelho do Estado. A Polícia Federal utilizou o termo "ecossistema". Nós estamos falando com essa perspectiva de que é esse Estado que foi leiloado para esses lugares, e parte do que se paga para estar presente nesse Estado é exatamente o domínio territorial na ponta. O Deputado Henrique me pergunta outra coisa. Olha, um Vereador e um ex-Deputado estão presos por assassinar uma Vereadora. Os dois conviveram. Estão presos por isso. A honraria, a maior honraria da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, a Medalha Pedro Ernesto, havia sido oferecida a esse então Vereador. Monica Benício, viúva de Marielle Franco, hoje uma daquelas que lutam para a manutenção do legado de Marielle Franco — e faz isso com muita, muita, muita coragem naquela Câmara de Vereadores —, ousa fazer os debates urbanísticos que lá estão, ousa continuar enfrentando a milícia que matou a sua companheira, matou a sua esposa. Ela propõe a retirada e a cassação dessas medalhas. E aí, de novo, tal qual o Deputado Chico me perguntava, muitos queriam não aparecer, nem votando favorável, nem votando contrário e a sessão caía, e a votação das medalhas caía, até que se conseguiu. Tentou-se todo tipo de arranjo político para não fazer a cassação, mas finalmente as medalhas foram cassadas — como devem ser cassadas. Não é possível que compactuemos com esse tipo de crime, com esse tipo de assassinato dentro do Parlamento brasileiro.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (Bloco/PSOL - RJ) - Obrigado, Deputado Tarcísio. Esta foi uma aula. Eu quero concluir, nestes 2 minutos, apenas dizendo que nós não podemos normalizar as milícias no Rio de Janeiro. Isso tem a ver, inclusive, com tarefas deste Parlamento, porque muitas vezes, diante da brutalidade, do tamanho dos esquemas de poder, com a vida corrida, a vida dura, o povo lutando para sobreviver, começa a acontecer, no Rio de Janeiro, uma espécie de estado de letargia, como se não houvesse mais nada a fazer. Nós não podemos normalizar isso, mesmo que se imponham riscos, mas é preciso colocar essa voz para fora. Milícia é máfia, é projeto de poder, tem tentáculos nacionais. Um relatório do Ministério dos Direitos Humanos apontou que práticas e lógicas milicianas já estão presentes em 15 Estados da Federação. E isso pode ser um golpe fatal no que chamamos de democracia. O desenvolvimento das milícias pode ser um nocaute na nossa frágil democracia. Quero concluir dizendo o seguinte: eu sei, Deputado Tarcísio,



que Marielle para nós não é uma bandeira. Marielle não é só um legado. Marielle é uma pessoa com quem nós tivemos a honra de conviver. E nós não queríamos ser parte da voz dela, nós a queríamos aqui e em tantos outros lugares, não só como agente da política, mas também construindo a sua vida. Então, sentimos saudade dela, da Mari. Agora, seguir adiante, não ficar em silêncio, não normalizar a barbárie, continuar denunciando as milícias, continuar denunciando uma lógica de violência contra ativistas de direitos humanos, pessoas das favelas, das periferias, mulheres, LGBTQs, moradores e moradoras das favelas, continuar é também uma forma de não deixar que a voz da Mari seja interrompida. Ela se foi, ela não está viva. Ela não está presente como gostaríamos que tivesse — isso não é romântico —, mas seguir adiante é ao menos uma forma de fazer aquilo que ela disse que faria: "*Não serei interrompida*". E termino com as palavras da maior inspiração da minha vida, o negro de Nazaré, Jesus: "*Felizes os que choram, porque serão consolados*". Chorar é sintoma de humanidade. Chorar é sintoma de que o nosso coração ainda se importa com as pessoas que sofrem lá na ponta. Lágrima talvez não seja sintoma de fraqueza, mas virtude de quem ainda sente na dor do mundo o seu próprio mundo de dor.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Agradeço ao Deputado Henrique Vieira.

Não havendo mais quem queira usar a palavra, agradeço a presença do Deputado Tarcísio Motta e declaro finalizada a oitiva. (*Palmas.*)

Encerradas as oitivas das testemunhas arroladas pela Relatora, dou início às oitivas das testemunhas de defesa.

Sr. Thiago Kwiatkowski Ribeiro, Conselheiro Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Testemunha arrolada pela defesa.

O Sr. Thiago Ribeiro já se encontra na sala virtual? (*Pausa.*)

O Sr. Thiago não se encontra na sala.

Passamos para a próxima testemunha.

Sr. Marcos Rodrigues Martins, assessor da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Testemunha arrolada pela defesa.

O Sr. Marcos Rodrigues Martins já se encontra na sala virtual? (*Pausa.*)

Para atender às formalidades legais, de acordo com o art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética, será declarada oralmente a concordância da testemunha com o termo de compromisso de cujo teor faço a leitura:



Nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 4, de 2024, referente à Representação nº 4, de 2024, em desfavor do Deputado Chiquinho Brazão.

O Sr. Marcos tem que declarar oralmente esse termo de compromisso.

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Sim, Presidente. Eu assumo o compromisso de falar a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Passo a palavra à Relatora, Deputada Jack Rocha, para inquirir a testemunha.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Obrigada, Sr. Presidente.

Passo agora às perguntas para a composição do relatório em relação à representação contra o Deputado Chiquinho Brazão.

Começo, Sr. Marcos, perguntando: o senhor pode descrever como é a sua relação profissional e pessoal com o então Vereador e atualmente Deputado Chiquinho Brazão?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Boa tarde, Relatora desse processo. O que eu posso dizer sobre a minha relação pessoal e profissional com o então Vereador Chiquinho Brazão é de cordialidade, respeito e admiração ampla, tanto dele para mim quanto de mim para ele. Nada que desabone.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Sr. Marcos Rodrigues, o senhor poderia ser específico, dentro das ocupações de assessor da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, sobre as suas atribuições?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Bem, eu sou servidor do quadro de carreira da Câmara Municipal, sou assistente técnico legislativo. E, especificamente, a minha atuação com o então Vereador Chiquinho Brazão era de extrema lealdade e confiança. Eu exercia a minha atividade enquanto assessor dele, atividade que exerci de 2013 até 2018, quando ele foi eleito Deputado Federal, e sempre foi cordial, tanto dele para mim como de mim para ele, inclusive na relação pessoal, e de respeito mútuo. É o que eu tenho a responder em relação à indagação de V.Exa.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - O senhor atuava diretamente na Comissão de Assuntos Urbanos, que era presidida por Chiquinho Brazão?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Atuei, sim. Atuei como secretário *ad hoc* da Comissão de Assuntos Urbanos no período em que ele presidiu a Comissão.



A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - E o senhor poderia detalhar o seu conhecimento sobre os projetos de lei que eram apresentados pelo Vereador e agora Deputado Chiquinho Brazão que visavam a regularização fundiária no Rio de Janeiro?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Em relação aos projetos de lei complementar, eles não foram da lavra do Vereador Chiquinho Brazão. O primeiro projeto, que data de 2015, salvo engano, março de 2015, foi de autoria do Poder Executivo. Aí, sim, foi alterado pelo então Vereador Chiquinho Brazão. Ele não teve a iniciativa de apresentar a lei porque não cabia ao Poder Legislativo legislar sobre tal matéria, a não ser se a proposta fosse de iniciativa do Poder Executivo. Aí, sim, o Vereador poderia apresentar alterações ao projeto de lei em tramitação.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - E o senhor poderia explicar, dentro da análise técnica da sua função de assessor, na justificativa desses projetos, quais seriam os impactos diretos nas comunidades que eram envolvidas na regularização fundiária e como esses projetos beneficiavam ou prejudicavam tais áreas?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Bem, quanto a isso, não podemos fazer uma afirmativa porque a lei em si abrangia uma região da cidade, uma região administrativa de que agora me foge o nome. Não sei se é 13ª... Realmente eu não lembro. Mas ela foi encaminhada pelo Prefeito para abranger exatamente uma região da cidade localizada na conhecida Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, pegando as regiões de Jacarepaguá, de Vargem Grande, de Vargem Pequena e de Itanhangá. Esse era o bojo da proposta encaminhada pela Prefeitura. Quanto ao impacto dela nas comunidades, não é fácil mensurar, porque abrangia, não comunidades, mas muitas áreas que foram loteadas, vendidas e transformadas em condomínios. Ela alcançava esse público. Realmente eram condomínios que foram se formando ao longo dos anos, e foi preciso, na visão da Prefeitura, do Poder Executivo, regularizar essa questão. Aí entra um ponto em que o Vereador Chiquinho Brazão apresenta uma alteração. Que ponto é esse? A Prefeitura encaminha o primeiro projeto de lei complementar prevendo a regularização das casas construídas. Mas não poderia haver a regularização das casas se não houvesse o parcelamento do solo. Explicando: grosso modo, o proprietário de um sítio fatiava o sítio em determinada quantidade de lotes, fazia o arruamento, fazia o esgotamento sanitário, a iluminação pública, essas coisas todas que a lei exigia. E o que acontecia? Quando a pessoa ia regularizar o imóvel, ela iria regularizar um imóvel que não era dela. Tratava-se



de um cadastro de registro geral de imóvel que havia sido parcelado sem o devido processo legal na Prefeitura, sem pedido de desmembramento, essas coisas todas.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Alguma dessas áreas de regularização fundiária, o objetivo desses projetos, estava em áreas controladas pela milícia?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Eu não posso responder isso para a senhora, porque o que cabia a mim, enquanto assessor, era cuidar da tramitação do projeto. Eu não tinha interferência sobre a área que ela ia abranger ou não: se era área de milícia ou não, se era área de comunidade de baixa renda... Eu não consigo mensurar o alcance da lei no que tange à pergunta de V.Exa. Eu não ia aos locais; eu não conhecia os locais. A lei foi abrangente para a regularização do imóvel; não era regularização fundiária. A lei regularizava um imóvel construído. E havia uma data importante na lei, que era a da ortofoto exibida pelo Instituto Pereira Passos, que ia até dezembro de 2013. Então, todo contribuinte que ia pedir a legalização do imóvel, este tinha que estar dentro das características que a lei observava, ou seja, a casa tinha que ter sido construída até 31 de dezembro de 2013. A lei fala em dezembro de 2013, mas nós interpretamos como o último dia útil daquele mês e daquele ano.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Sr. Marcos, na terceira pergunta que eu fiz, o senhor falou dos projetos de lei que visavam à regularização: sobre a construção dos condomínios e, depois, sobre as divisões dos lotes. Os projetos eram para regularizar o imóvel ou os lotes apontados mais urgentes? Em quais áreas eles se situavam?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Como eu disse inicialmente, o projeto de lei complementar inicial visava à regularização do imóvel. Mas era impossível se regularizar o imóvel se não se fizesse o parcelamento do solo. Por quê? Eu citei um exemplo: a pessoa tinha um sítio, fez uma rua, cumpriu as exigências da lei de iluminação pública, de esgotamento sanitário, de águas pluviais, de água potável, e repartiu esse sítio em dez lotes. E, se a pessoa fosse regularizar o imóvel, o que aconteceria? O imóvel que essa pessoa ia regularizar estaria no nome de uma única pessoa, ou seja, aquele sítio teria dez casas, e todas teriam como titular uma única pessoa. Então, era necessário fazer o parcelamento do solo primeiro, para, depois, cada pessoa, com o solo parcelado, pedir a regularização da sua residência construída. Mas eu não sei dizer à senhora onde estava o condomínio A ou B. Por quê? Porque a lei abrangia uma região administrativa da cidade, principalmente da Zona Oeste. E, no final, a última lei — e tomei conhecimento de que ela



foi declarada inconstitucional — levava esse parcelamento a todas as regiões da cidade, excetuando, salvo engano, Botafogo, Flamengo e o Centro da cidade.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Sr. Marcos, quais foram os principais objetivos desse projeto de lei e de outros, principalmente na Comissão de Assuntos Urbanos, com relação aos quais o senhor assessorava o Vereador, e agora, o Deputado Chiquinho Brazão? Como é que eles eram justificados em sua atuação?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Eu não entendi a pergunta, excelência. Desculpe-me.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Eu repito. Quanto aos objetivos principais desse projeto de lei, o senhor disse anteriormente que o projeto foi de iniciativa do Executivo e que depois o Deputado, até então Vereador da Câmara, assumiu para si as alterações. Quais foram as justificativas para se alterar o projeto que era do Executivo?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Ele não assumiu as modificações. Salvo engano, salvo engano, o substitutivo foi de iniciativa de dez ou onze Comissões Temáticas da Câmara. Além das Comissões obrigatórias, a de Justiça e Redação e a de Finanças, ele passou por várias Comissões, incluindo a Comissão de Assuntos Urbanos — já somando três Comissões —, e mais sete ou oito Comissões prepararam um parecer conjunto e elaboraram esse substitutivo. Não foi o Vereador Chiquinho Brazão que fez essa modificação sozinho, não. Foi um conjunto de Comissões que preparou a alteração da lei. E o objetivo primário da lei era realmente a regularização dos imóveis construídos.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Sr. Marcos, o senhor poderia falar um pouco sobre como ficou a aprovação desse projeto, especificamente de regularização fundiária, cuja votação terminou com a vitória de 1 voto? Como ficou a divisão da Casa?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Não entendi a última ponderação da senhora.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - A divisão da Casa: por que da divisão da Casa em relação a esse projeto, que teve vitória apenas por 1 voto?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Olha, realmente, o conteúdo político da votação... Isso porque a votação se exprime de forma política, não há outra conjectura. Apesar de os pareceres serem técnicos, de a elaboração da lei ser técnica, e tudo isso, a votação é política. Ela sempre pesa para o lado que tem a maioria de votos. Mas essa questão de ser um voto a mais como diferencial, acho que isso não seria tão importante.



Como já houve vitórias, também houve derrotas por 1 voto. Foi o caso dessa proposta. É o meu entendimento.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Sr. Marcos, houve um projeto que teve sua ação classificada, esse último de regularização fundiária, como inconstitucional. Em algum momento, o Vereador, e agora Deputado, Chiquinho Brazão fez alguma crítica em relação à atuação da bancada do PSOL na Câmara relacionada a esses projetos que tramitavam na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Excelência, pessoalmente, para mim, ele nunca expressou nenhum descontentamento ou contentamento quanto ao resultado da proposta, que é objeto desse meu testemunho. Ele nunca falou nem a favor nem contra o PSOL, ou contra nenhum Parlamentar do PSOL.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Quais áreas foram alvo desse projeto de regularização fundiária? E como essas áreas eram conhecidas por serem controladas pela milícia?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Não sei responder para a senhora essa pergunta, porque realmente a minha atuação na Comissão de Assuntos Urbanos era estritamente a de acompanhar o projeto, de fazer as alterações e de preparar o projeto para incluí-lo na pauta. E, salvo engano, ele demorou bastante tempo para ficar pronto para ser incluído na pauta da Ordem do Dia. Ele chegou, salvo engano, em março e foi votado já no fim do primeiro semestre. Demorou uns 3 meses, possivelmente.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - O senhor tem conhecimento de algumas influências externas, especialmente das milícias, na elaboração ou na promoção desses projetos de lei? O senhor poderia citar casos específicos de influência já ocorridos na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Não sei. Realmente eu não sei, porque eu não posso trazer, como testemunha, duas pessoas que faleceram recentemente e que ajudaram na elaboração dessa proposta. Os dois morreram de câncer. Um morreu agora, recentemente, que era advogado em legislação urbanística e diretor de uma associação de moradores de Vargem Grande. E o outro era arquiteto urbanista, que trabalhou muito tempo na regularização de imóveis. Um era advogado, o Dr. Brasil; o outro, arquiteto, o Dr. Luiz Carlos Maia. Os dois já falecidos. O Maia faleceu já há uns 2 anos ou pouco mais, e o Dr. Brasil faleceu agora, recentemente. E, realmente, me foge à memória o primeiro nome do



Dr. Brasil. Como sempre nos tratávamos pelo codinome mais conhecido, o codinome dele era Brasil, então eu só me recordo mesmo do primeiro nome pelo qual o conhecíamos e como o tratávamos, que era Dr. Brasil. E o Dr. Luiz Carlos Maia, mais conhecido como Dr. Maia, era um senhor já idoso que veio a falecer agora em consequência de um câncer.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Sr. Marcos, houve alguma tentativa de revogar e de revisar projetos de lei após a identificação de que projetos estavam beneficiando áreas de milícia? Se sim, qual foi o resultado dessas tratativas no âmbito da Câmara Municipal?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Excelência, eu realmente não sei responder para a senhora, porque eu me restringia realmente à minha atuação técnica e não participava das negociações políticas que são feitas antes da votação de matérias importantes como essa. Eu, pelo menos, nunca sofri influência externa de nenhum grupo, nem de associações, nem de nada, para elaborar parecer ou alterar alguma proposta. Eu nunca fui assediado, nem de forma direta, nem de forma indireta, nem pelo Vereador Chiquinho Brazão. As alterações que a nossa equipe elaborava — o Brasil, o Maia e eu —, levávamos para ele, fazíamos a explicação da necessidade daquelas alterações ou não, e ele as acatava. Depois, ele levava à discussão política os assuntos que explanávamos para ele. Mas nunca tivemos influência externa de qualquer pessoa, de qualquer grupo, e também não tínhamos influência do Vereador Chiquinho Brazão, agora Deputado Chiquinho Brazão, sobre essas alterações. Apresentávamos a pauta para ele e mostrávamos a importância de fazer a alteração, até pelo conhecimento do Maia e do Brasil da legislação urbanística da cidade. Acontecia dessa forma.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Sr. Marcos, dentro desse olhar — uma Comissão, como o senhor está falando, com todo o papel isento da assessoria da Câmara Municipal —, eu tenho uma pergunta, que é muito importante para nós: por que o senhor acha que o Vereador e Deputado Chiquinho Brazão escolheu justamente o senhor para falar da Comissão de Assuntos Urbanos e da assessoria da Câmara?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Eu acho que ele escolheu a mim, porque eu vivi mais intensamente ao lado dele no estudo dessa proposta de lei. A Comissão de Assuntos Urbanos, apesar do nome e da pompa que tem, era uma Comissão que só tinha três servidores prestando assessoria.



A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - E, dentro desse assunto da Comissão de Assuntos Urbanos e da própria Câmara, vocês faziam avaliação de quem seriam os beneficiários e beneficiárias desse projeto? Há ali uma preocupação sobre o desdobramento da regulamentação desse projeto de lei na vida das pessoas?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Olha, Excelência, nós não mensurávamos isso, porque o interesse da lei era realmente regularizar o imóvel, pois muitas pessoas sacrificavam suas vidas por longos anos, construíam uma poupança, compravam um terreno, construíam uma boa casa e esperavam a regularização dela. Muitos tinham inclusive a expectativa de poder vender, por financiamento bancário, e não podiam, porque a casa não era regularizada, ela não existia fisicamente para a Prefeitura. Dela não se pagava IPTU, não se recolhia o ITBI, porque — e desculpe-me o termo acadêmico — era uma casa fantasma que estava ali. Ela existia visualmente, mas não existia juridicamente. A senhora me permite pedir à minha filha para trazer uma água?

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Claro! Fique à vontade.

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Traga um copo de água para o papai, filha, por favor. Obrigado. Pode falar.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Sr. Marcos, uma questão importante: o senhor falou que na Comissão havia a presença do senhor e de mais dois servidores, que ficavam responsáveis pela preparação dos projetos.

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Sim, sim.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Eram só vocês três que preparavam esses projetos, ou vocês faziam a discussão? Vocês abriam isso à Academia? Vocês preparavam audiência pública?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Sim.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Vocês sugeriam, como assessores, outras possibilidades de discussão?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Excelência, a própria lei obrigava a realização de audiências públicas para a tramitação de propostas como essa, principalmente projeto de lei complementar. E não era um acúmulo de projetos que abrangiam a Comissão de Assuntos Urbanos. Eram pontuais os projetos que eram levados à Comissão de Assuntos Urbanos. Nem todos os projetos que tramitavam na Câmara... Isso é de fácil confirmação. Entrando no *site* da Câmara Municipal, ao clicar na Comissão



de Assuntos Urbanos, vai se ver que a quantidade de projetos que tramitam lá, proporcionalmente em relação aos projetos que tramitam no âmbito da Câmara Municipal, é pequena em número, não é muito elevado o número deles. Então, três colegas comportavam muito bem, porque era a elaboração da ata semanal da reunião da Comissão e o despacho para um dos três que compõem a Comissão para relatar projeto A, B ou C.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Ali, o senhor já testemunhou algum desafio relacionado a pontos críticos de projetos que envolvessem a regularização fundiária? Devido ao fato de todo projeto ter um ponto forte... O senhor trouxe aqui a regularização fundiária, o parcelamento dos lotes, a alteração do projeto do Executivo, mas, quando falamos de três servidores e estudo diagnóstico, existem os pontos fracos, os pontos críticos dos projetos. Quais eram os pontos críticos dos projetos de regularização fundiária apresentados pelo então Presidente da Comissão de Assuntos Urbanos, o Vereador e Deputado Chiquinho Brazão?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Excelência, não tenho como ponderar em relação à pergunta de V.Exa., porque a distribuição dos projetos era feita por sorteio. A gente retirava o nome do autor, porque ele não podia relatar projeto de autoria dele, e sorteávamos, entre os dois remanescentes, quem iria relatar. Agora, a discussão política do projeto, como falei anteriormente, cabia ao Vereador. Ele procurava ou não quem estivesse relatando o projeto de sua autoria, para ponderar sobre pontos. Às vezes algum assessor da Comissão ia com ele. Na maioria das vezes, eu participava da discussão técnica e não fazia parte da discussão política.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Sr. Marcos, algum Vereador do PSOL ou Vereadora já ocupou um espaço nessa Comissão durante o período em que o Deputado Chiquinho Brazão era Presidente? Se não ocupou, por que não ter ocupado?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Excelência, pelo conhecimento que eu tenho na Câmara, de quase 40 anos de atividade legislativa, as Comissões são formadas no início de cada ano, fruto de um acordo. Já vai para o plenário acordado as Comissões que cada partido vai ocupar. Mas, durante a gestão do Vereador Deputado Chiquinho Brazão, eu não me recordo de o PSOL fazer parte da nominata da Comissão, não. Realmente, eu não me recordo.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - O senhor conhecia e tinha contato com a Vereadora Marielle Franco?



O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Sim, conhecia, tinha contato com ela, sempre muito cordial, sempre muito educada, e, da minha parte também, até porque, como servidor, a nossa obrigação é sempre ser fidalgo com a autoridade superior, nesse caso o Vereador. Não há nada que aponte um desacordo com a ex-Vereadora Marielle Franco, não.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - O senhor já presenciou algum tipo de incidente ou de debate mais acalorado relacionado a projetos de regularização fundiária na Comissão que trouxesse esse olhar do domínio dos territórios pelas milícias, antes da aprovação do projeto?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Nunca, nunca, Excelência. Nunca presenciei nenhuma desavença, nenhuma discussão acalorada, nenhum olhar atravessado. Se isso pode interferir de alguma forma, quando eu falo olhar atravessado é desprezar uma parte, desprezar um comportamento, desprezar uma emenda, porque as Casas Legislativas são sempre democráticas e vencem sempre pela maioria. Nunca vi e nunca notei nada que desabonasse a conduta do Vereador Chiquinho Brazão nem da bancada opositora, nesse caso que a senhora coloca a Vereadora Marielle. Nunca presenciei nada que venha a depor contra o comportamento do Deputado Chiquinho Brazão, que foi Vereador da cidade.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Sr. Marcos, existe algum relatório ou investigação que seja interna da Câmara Municipal ou da própria Comissão que abordou a relação dos projetos de regularização fundiária e as atuações das milícias nos territórios da Capital do Rio de Janeiro?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Excelência, eu não sei responder. Eu realmente nunca presenciei e não tomei reconhecimento de nenhuma ação dessa direção.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - O senhor poderia repetir a sua relação com o Vereador e agora Deputado Chiquinho Brazão e por que você acha que ele te colocou como uma testemunha fundamental para ele aqui na Comissão?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Excelência, eu não sei se é fundamental, mas eu deduzo que ele me indicou para ser testemunha ou uma das testemunhas de defesa dele pelo meu comportamento, posso dizer, humanitário, meu comportamento religioso. Eu sou pastor evangélico da Assembleia de Deus. Talvez tenha sido por isso, pela própria



isenção da minha atividade enquanto ele era Vereador e eu assessor. Eu deduzo que tenha sido por isso.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - O senhor, em algum momento, já sofreu algum tipo de pressão ou interferência de membros de milícia na atribuição da sua função como assessor da Comissão de Assuntos Urbanos da Câmara Municipal do Rio de Janeiro?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Eu já respondi a essa pergunta anteriormente. Nunca sofri nenhuma pressão interna nem externa de qualquer que seja o grupo. Eu elaborava o meu trabalho e ia embora depois da sessão encerrada, e mais nada.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Sr. Marcos, uma pergunta também que é bastante importante: o senhor pode detalhar as circunstâncias da motivação que levou o Deputado Chiquinho Brazão a propor uma concessão de placa e diploma de homenagem para o senhor em 2016?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Em 2016, ele propôs uma homenagem a mim como servidor. A Câmara disponibiliza para cada Vereador a indicação de um servidor público reconhecido como servidor do ano. Talvez tenha sido por merecimento, excelência; não tenha sido por outro motivo. Eu não consigo mensurar essa pergunta de V.Exa. Eu deduzo que tenha sido homenageado pelo meu tempo de trabalho, dedicação ao Poder Legislativo e também ao Poder Executivo, pelo meu tempo de atuação e, talvez, pela pessoa — me desculpe a modéstia —, mas, talvez, pela pessoa que eu seja. Não tem mais nada, na minha relação com o Vereador, a não ser essa homenagem.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - O senhor acredita que essa homenagem, Sr. Marcos, ela te influenciou sobre a sua percepção ou sobre as atitudes em relação ao Vereador Chiquinho Brazão e agora Deputado, ou sobre quaisquer atividades supostamente ilícitas em que ele pudesse estar envolvido?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - De forma alguma. Eu não faço e não fiz essa leitura. Eu acho que eu recebi a homenagem por merecimento só. E jamais eu ponderei o recebimento dessa homenagem em relação a um trabalho técnico que eu tivesse que elaborar.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Como uma pessoa, Sr. Marcos, que conhece bastante o Vereador e até então Deputado Chiquinho, como o senhor descreve o dia a dia da sua convivência com ele na Câmara nos assuntos urbanísticos?



O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Olha, os assuntos urbanísticos estão restritos, nesse caso, a esse projeto de lei complementar. O dia a dia com o então Vereador Chiquinho Brazão era de cordialidade, de respeito. Ele admirava o meu trabalho, ele confiava no meu trabalho. Eu nem recorde quem foi que fez a indicação do meu nome para trabalhar com ele em 2013. Acho que é basicamente isso. A nossa relação sempre foi de respeito e confiança. Ele confiava no meu trabalho, e eu não tinha o que desapontar para ele não confiar. Eu fazia estritamente aquilo que me competia fazer, e ele, no exercício do mandato dele, fazia o que lhe competia fazer também. Não tem nada que desabone a minha relação com ele e a dele comigo.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - O senhor tem conhecimento da existência de milícias no Rio de Janeiro?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Excelência, a gente toma conhecimento da existência de grupos pela imprensa, não mais do que isso. Eu leio todo dia jornais, leio o noticiário todos os dias. Várias vezes no dia eu lino *sites* de notícias para saber o que está acontecendo na cidade. Por exemplo, a minha filha agora acabou de me perguntar se teve um incêndio no *shopping* do Rio. Eu falei com ela: "*Foi de madrugada*". Às 5 horas da manhã, quando eu liguei o telefone, fui ver que tinha lá um acontecimento na cidade. Então, eu acompanho quase que em tempo real as coisas que acontecem na cidade. E o noticiário sobre a existência de grupos é aquilo que a gente ouve na imprensa. Eu, particularmente, nunca fui assediado por grupo A ou grupo B de qualquer que seja a influência dela.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Mas a existência delas, a existência das milícias, o senhor reconhece?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Excelência, não posso responder se eu reconheço. Eu tomo conhecimento pela imprensa. Eu nunca tive convivência com grupos que fracionam a cidade. Sei pela imprensa o que tem acontecido, não mais do que isso.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - No seu trabalho pastoral, Sr. Marcos — o senhor acabou relatando aqui que o senhor é um pastor —, dentro dessas comunidades ou na sua atuação, nunca chegou até você, enquanto cidadão, as preocupações relacionadas à segurança de territórios que são dominados pela milícia?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Excelência, não, porque a minha atuação pastoral se restringe realmente à igreja. A igreja da qual eu fui pastor auxiliar durante um grande período não está dentro de comunidade. E onde eu exerço hoje o meu ministério



pastoral, também como pastor auxiliar, é em Niterói, não tem nenhuma relação com a cidade do Rio de Janeiro. Estou em outra cidade, estou em outro território e que também não é comunidade, é no centro de bairro.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Mesmo o senhor afirmando aqui que não tem um conhecimento direto, que acaba se informando pelos jornais da existência das milícias, enquanto Poder Legislativo, Poder este constituído por milhões de eleitores e eleitoras do Município do Rio de Janeiro, há alguma preocupação imposta, principalmente nos projetos de regularização fundiária, por parte daqueles que são eleitos e representados nos territórios que são dominados pela milícia?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Excelência, é uma pergunta que eu não consigo responder. Por quê? Porque a Câmara é composta por 51 Vereadores de diversas regiões da cidade, e a gente não sabe quem elegeu quem, por que comunidade foi eleita, por que grupo foi eleito, se representa alguma fatia na sociedade. *(Falha na transmissão.)*

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - A Comissão de Assuntos Urbanos...

Caiu a ligação. *(Pausa.)*

Sr. Marcos, está ouvindo?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Sim. Aconteceu alguma coisa que a ligação caiu.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Que bom que voltou! Nós já vamos para os encaminhamentos. Mas, antes, eu tenho algumas últimas perguntas. Existe algum estudo, dentro da Comissão de Assuntos Urbanos ou até mesmo elaborado na agenda de regularização fundiária, que trata do déficit habitacional das regiões e territórios que precisam ser regularizados que esteja sob o domínio autoral e intelectual do senhor, mais dois servidores, conforme o senhor já falou e anunciou aqui em seu testemunho?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Não, que eu tenha tomado conhecimento, não, até porque eu já estou afastado da Comissão por 8 anos. Eu não estou mais na Comissão de Assuntos Urbanos. Então, que eu tenha tomado conhecimento, não.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Existe algum órgão, Secretaria ou algum espaço de arquivamento das proposições, de projetos sobre regularização fundiária em que a Câmara Municipal do Rio de Janeiro elabora suas estatísticas para a formulação desse projeto de lei do qual o senhor tenha participado entre 2013 e 2018?



O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Não. Que eu tenha tomado conhecimento, não.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Qual é a sua avaliação sobre o impacto e a atuação das milícias nas comunidades do Rio de Janeiro, mais especialmente sobre a agenda de regularização fundiária?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Também não sei responder à senhora essa pergunta, não.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - O Vereador Chiquinho Brazão possui alguma influência por todo o trabalho que ele tenha feito com pessoas dentro da Câmara Municipal do Rio de Janeiro ainda nos dias de hoje?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Também, que eu tenha tomado conhecimento, não saberia responder à senhora essa pergunta, porque, com a eleição dele, em 2018, ele seguiu o mandato dele de Deputado Federal, e eu continuei na Câmara exercendo a minha função de assistente técnico do Legislativo e sem prestar nenhuma assessoria a nenhum outro Vereador.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES) - Sr. Presidente, por ora eu terminei os questionamentos.

Muito obrigada.

Obrigada, Sr. Marcos.

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Obrigado à senhora.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Agradeço à Deputada Jack Rocha.

Passo a palavra ao Deputado Chiquinho Brazão, se assim o desejar, e ao seu advogado, Dr. Cleber, para inquirir sua testemunha, ou ao Dr. Murilo ou à Dra. Rita Machado.

A SRA. RITA MACHADO - Sr. Marcos, o senhor me escuta?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Sim, estou ouvindo a senhora.

A SRA. RITA MACHADO - Sr. Marcos, o meu nome é Rita, eu sou advogada do Deputado Chiquinho. Existem alguns pontos que o senhor esclareceu ao responder às indagações da douta Relatora que eu acho que precisam ser um pouco mais explicados, porque, eles, de fato, são fundamentais para o deslinde do feito e para a compreensão do que estamos tratando aqui hoje. O senhor falou especificamente do Projeto nº 174. Aí o



senhor disse, quando indagado pela Relatora, que esse projeto na verdade seria de autoria do Executivo. Eu queria que o senhor explicasse um pouquinho melhor a tramitação desse projeto, se o senhor tem conhecimento, obviamente. Onde isso começou, quando isso começou, como foi a tramitação desse projeto?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - A senhora está me ouvindo?

A SRA. RITA MACHADO - Estou. Sua voz está um pouquinho distante, mas estamos conseguindo te ouvir.

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Melhorou?

A SRA. RITA MACHADO - Melhorou.

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - A tramitação desse projeto, conforme a Deputada Relatora já havia me perguntado, foi uma iniciativa do Poder Executivo, uma iniciativa do Prefeito Eduardo Paes, que encaminhou à Câmara, em março de 2015, a primeira proposta de lei complementar. Só que, quando ele encaminha esse projeto, o Maia, e o Brasil, e eu detectamos que não tinha como regularizar imóveis construídos se não houvesse o parcelamento do solo. Então, o Prefeito, por iniciativa dele, do Poder Executivo, encaminhou para a Câmara essa proposta. Detectada essa ausência de um parâmetro legal para a regularização do imóvel construído, começa a tramitação ordinária do projeto, fazendo as alterações necessárias. Isso foi uma detecção do Maia, que era arquiteto e urbanista; do Brasil, que era um advogado que se especializou na legislação urbanística da cidade; e eu.

A SRA. RITA MACHADO - Perfeito. O senhor tem conhecimento do PLC 154, de 2016?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Sim.

A SRA. RITA MACHADO - O que foi esse PL? Por quem ele foi proposto?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Toda alteração da lei teve como partida o Poder Executivo. Esse projeto de lei também não foi diferente. A Câmara fez a alteração necessária.

A SRA. RITA MACHADO - Certo. Especificamente o PLC 174 tinha a exata mesma redação desse anterior 154, proposto pelo Prefeito Eduardo Paes?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Doutora, realmente eu não...pelo tempo... A gente vai se envolvendo com outras matérias. Pelo tempo, eu realmente não me recordo qual foi a redação dada (*falha na transmissão*).



A SRA. RITA MACHADO - Não tem problema. O senhor responde apenas o que se lembrar. O senhor também fez uma menção de que esse projeto teria recebido um substitutivo assinado por variadas Comissões, e o senhor não se lembrava da quantidade. Aqui eu peço vênha para indagar se o senhor lembra. Foram seis Comissões: Comissão de Justiça e Redação; Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público; Comissão de Assuntos Urbanos; Comissão de Higiene, Saúde Pública e Bem-Estar Social; Comissão de Obras Públicas e Infraestrutura; e Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira. Foram essas Comissões todas, em conjunto, que fizeram o substitutivo, depois assinado pelos Vereadores? *(Pausa.)*

Acho que caiu de novo. *(Pausa.)*

Voltou.

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Realmente está havendo alguma coisa aqui, porque está caindo.

A SRA. RITA MACHADO - O senhor escutou o que eu indaguei ou quer que eu repita?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Não. Por favor, repita.

A SRA. RITA MACHADO - Sem problemas. O senhor disse que o PL 154 teria recebido um substitutivo que foi formulado por diversas Comissões e que o senhor não se lembrava exatamente o número de Comissões. E aí eu lhe indago se foram estas seis Comissões que fizeram o substitutivo desse projeto: Comissão de Justiça e Redação; Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público; Comissão de Assuntos Urbanos; Comissão de Higiene, Saúde Pública e Bem-Estar Social; Comissão de Obras Públicas e Infraestrutura; e Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira.

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - O primeiro projeto passou por mais Comissões. Esse aí realmente passou por seis Comissões.

A SRA. RITA MACHADO - Perfeito. Então, foram essas Comissões que fizeram o substitutivo?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Foram essas Comissões que fizeram o substitutivo.

A SRA. RITA MACHADO - Perfeito. Especificamente em relação à atuação do então Vereador Chiquinho Brazão à época, o senhor sabe me dizer como o Vereador se



comportava em relação aos projetos do PSOL, se existia essa rivalidade declarada com o PSOL, especificamente com a Vereadora Marielle Franco?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Dra. Rita, não havia nenhuma animosidade e nenhuma rejeição do então Vereador em votar matérias de interesse da cidade. Ele votava favoravelmente conforme a sua consciência e votava contrariamente também conforme a sua consciência. Eu não me recordo de, em muitas matérias de iniciativa do PSOL, ele ter votado contrariamente, não, até porque a maioria dos projetos, quando eram colocados em votação, ou era por votação simbólica ou por maioria simples.

A SRA. RITA MACHADO - Perfeito. O senhor se recorda se a então Vereadora Marielle Franco era ativa nos temas fundiários?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Todo tema fundiário em tramitação na Câmara tinha sempre uma discussão mais partidarizada, mas eu não me recordo objetivamente de nenhuma discussão na tramitação de projetos de interesse urbanístico que a Vereadora tivesse alterado, na sua discussão, alterado o seu comportamento, não.

A SRA. RITA MACHADO - Perfeito. Eu vou passar a palavra ao Dr. Murilo, também advogado do Deputado, para continuar perguntando ao senhor. Muito obrigada.

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Obrigado. Agradeço à senhora.

O SR. MURILO DE OLIVEIRA - Boa tarde, Sr. Marcos. Tudo bem? O senhor me escuta?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Escuto bem, doutor.

O SR. MURILO DE OLIVEIRA - Maravilha. O meu nome é Murilo, sou advogado do Deputado Chiquinho Brazão. Sr. Marcos, inicialmente eu queria fazer uma indagação para V.Sa. É o seguinte: há um relato de uma assessora da Vereadora Marielle Franco no sentido de que a atuação da Vereadora era discreta no que diz respeito à pauta fundiária. O senhor, lá dentro da Câmara, tem condição de confirmar essa afirmação?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Eu acho que essa pergunta do senhor, Dr. Murilo, é muito similar à pergunta da Dra. Rita em relação ao comportamento da Vereadora Marielle Franco. A doçura que ela tinha no trato pessoal dentro do plenário com qualquer pessoa, com qualquer Vereador, com qualquer assessor não a desabonava em nada. O trato pessoal dela com todo mundo era de forma democrática, republicana. Não tinha nada, nada, exatamente nada que ela tenha falado ou que tenha alterado a voz na discussão de qualquer matéria, seja de interesse urbanístico, de interesse social, de



interesse econômico. Ela sempre foi uma pessoa muito centrada. Eu, particularmente, tinha uma admiração pessoal por ela. Não tinha nada que a desabonasse, não.

O SR. MURILO DE OLIVEIRA - Perfeito. Principalmente dentro desse procedimento e no Supremo Tribunal Federal também, a Vereadora Marielle Franco tem sido tratada, nos autos, como a principal opositora do Deputado Chiquinho Brazão à época. O senhor confirma essa condição da Marielle Franco como a principal opositora do Deputado Chiquinho Brazão?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Dr. Murilo, eu nunca tomei conhecimento. Como eu falei para a Sra. Deputada Relatora da matéria, eu me reservava à minha posição enquanto assessor do início dos trabalhos ao término dos trabalhos do plenário. Acabando ali, eu ia embora, me recolhia, ia ao gabinete arrumar as minhas coisas e ia embora. Não tinha nada que pudesse acrescentar ou retirar.

O SR. MURILO DE OLIVEIRA - O.k. O senhor tomou conhecimento se, por ocasião da votação do PLC 174, a Vereadora Marielle Franco alterou o seu pedido acerca do adiamento da votação a pedido do Deputado Chiquinho Brazão?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Cabe ressaltar que, no dia da votação do PLC 174, eu estava adoentado. Fiquei afastado da Câmara por 5 dias, de segunda a sexta-feira, e não participei efetivamente da sessão plenária que discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 174. Mas, pelo que eu estava vendo — sempre eu acompanhava as sessões plenárias quando não estava presente, acompanhava pela *TV Câmara* —, eu não me recordo de ter visto qualquer comportamento anormal nem do Vereador Chiquinho Brazão nem da Vereadora Marielle.

O SR. MURILO DE OLIVEIRA - Perfeito, perfeito. O senhor tomou conhecimento se o Prefeito Eduardo Paes sofreu pressão das milícias, dos grileiros para propor os PLCs 160 e 161, aliás, que viraram, evoluíram para as Leis nºs 161 e 160?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - O senhor está me ouvindo?

O SR. MURILO DE OLIVEIRA - Estou te ouvindo, estou te ouvindo. *(Pausa.)*

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Dr. Murilo?

O SR. MURILO DE OLIVEIRA - Oi, Marcos, estamos te ouvindo.

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - O que está acontecendo? Sendo a ligação pelo meu telefone, eu não sei como desativo, para poder ficar só no... Aí cai a ligação porque estou recebendo uma ligação externa. Mas eu não ouvi a última pergunta do senhor.



O SR. MURILO DE OLIVEIRA - Eu perguntei a V.Sa. se o senhor tomou conhecimento se o Prefeito Eduardo Paes, por ocasião da propositura dos PLCs, se não me engano, que evoluíram para as Leis Complementares nºs 160 e 161, que tratavam da regularização fundiária na área de Jacarepaguá, Vargem Grande e Vargem Pequena, se o senhor tem conhecimento se esses projetos são fruto de uma pressão exercida pela milícia ou por grileiros em cima do Prefeito.

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Não, realmente eu não tomei conhecimento disso. Eu entendi que foi uma oportunidade que o Prefeito teve de, além de regularizar, também melhorar a arrecadação de impostos da cidade, porque, na medida em que ele regulariza imóveis construídos, ele vai receber mais IPTU, vai receber ITBI por conta da legalização do imóvel. Então, realmente eu não tomei conhecimento se foi por pressão ou se não foi.

O SR. MURILO DE OLIVEIRA - Perfeito. Eu não sei muito bem qual foi o período em que o senhor esteve na assessoria do então Vereador Chiquinho Brazão, mas o senhor tomou conhecimento de uma audiência, de um debate público a respeito da verticalização de Rio das Pedras?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Teve uma proposta do então Prefeito Marcelo Crivella, propondo a verticalização da região de Rio das Pedras. Foi realizada uma audiência pública no local, chamada pela Comissão de Assuntos Urbanos, e, salvo engano — salvo engano —, eu acho que só o então Vereador e também Deputado Reimont estava presente nessa audiência pública. A Vereadora Marielle não estava nessa audiência pública e nenhum outro Vereador do PSOL, salvo engano, até porque isso já tem, deve ter acontecido em 2016, ou 2017, ou 2018, já na gestão do então Prefeito Marcelo Crivella. E foi a Comissão de Assuntos Urbanos que convocou uma audiência pública para debater essa verticalização de Rio das Pedras.

O SR. MURILO DE OLIVEIRA - O senhor não tomou conhecimento da participação da Vereadora Marielle em um desses debates sobre a verticalização de Rio das Pedras?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Que eu me recorde, não.

O SR. MURILO DE OLIVEIRA - O senhor se recorda se o Deputado Chiquinho, à época Vereador, e a Vereadora Marielle Franco defendiam o mesmo desfecho para esse projeto?



O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Eu entendo que sim porque o Vereador era contra a verticalização de Rio das Pedras. Eu entendo também que a bancada do PSOL também, salvo engano, foi contra a verticalização de Rio das Pedras.

O SR. MURILO DE OLIVEIRA - Entendi. Com relação aos projetos que evoluíram para as Leis nºs 160 e 161, também houve um debate público. O senhor tem conhecimento se o núcleo técnico denominado GATE, do MPRJ, por meio de uma arquiteta urbanista, se esse projeto foi elogiado por esse setor técnico? O senhor tomou conhecimento disso?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Sim. Eu não recorro o nome, porque foi uma arquiteta, uma arquiteta e urbanista do grupo do Ministério Público. Ela elogiou realmente. Mas isso é de fácil comprovação porque as notas taquigráficas foram publicadas no *Diário Oficial da Câmara*, do Rio, o DCM. E, certamente, se pesquisar, vai achar isso nos Anais da Casa, da Câmara Municipal.

O SR. MURILO DE OLIVEIRA - Essa regularização, essa matéria legislativa que foi tratada nesses projetos, de certa forma era uma demanda da população local?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Sim. Como eu falei para a Sra. Deputada Relatora da matéria, a comunidade de um modo geral, aquela porção da cidade do Rio de Janeiro ansiava por uma regularização possível. Por quê? Como eu falei, muitas pessoas, muitas famílias, muitos pais de família destinaram seus recursos de aposentadoria, de indenizações, compravam um lote num chamado condomínio, às vezes até sem ter conhecimento do que estava acontecendo com a documentação. Ele comprava um terreno dentro de uma área que foi um sítio outrora. Então, a pessoa, como eu falei, parcelava aquilo ali e vendia os lotes, tudo de forma legal: fazia um contrato, fazia pagamentos parcelados ou não. A pessoa construía uma casa e não construía só uma casa, construía uma boa casa. É aquele chamado "a casa certa no lugar errado". Eles construía verdadeiras casas de padrões altíssimos. Então, ele despendia todo o recurso que tinha com a possibilidade de regularizar aquela compra. E, no final, não conseguia porque não tinha uma lei que permitisse a regularização. E essa lei veio exatamente para corrigir esse erro.

O SR. MURILO DE OLIVEIRA - Entendi. Então, podemos dizer que havia um interesse público naquela regularização?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Totalmente. Só tinha interesse público, porque o interesse da Prefeitura em arrecadar era tácito. E o interesse do contribuinte em



regularizar também era tácito. Ele não estava preocupado em pagar mais imposto ou menos imposto. Ele queria, realmente, regularizar a sua construção, tanto que a lei é de 2015, a proposta inicial é de março de 2015 e foi encaminhada pela Prefeitura com uma exigência legal de que só eram regularizáveis imóveis construídos até dezembro de 2013, ou seja, com mais de 2 anos de... Não, quase 2 anos, com 1 ano e meio de exigência.

O SR. MURILO DE OLIVEIRA - Certo. O senhor tomou conhecimento, por ocasião da discussão do PLC 174, se o Governo, mais especificamente o Prefeito Marcelo Crivella, orientou contra esse projeto, se houve algum tipo de pressão do Governo para que fosse votado contra esse projeto?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Que eu tenha observado, não. Que eu tenha observado, não, até porque o projeto foi aprovado com a diferença de um voto, o Prefeito vetou, a Câmara rejeitou o veto de S.Exa., e ele arguiu a inconstitucionalidade da lei.

O SR. MURILO DE OLIVEIRA - Perfeito. O quórum para votação do PLC e para derrubada de veto é o mesmo quórum?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Maioria absoluta.

O SR. MURILO DE OLIVEIRA - Maioria absoluta?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Metade mais um.

O SR. MURILO DE OLIVEIRA - Perfeito. Eu estou satisfeito, Presidente. Obrigado, Sr. Marcos. Uma boa tarde! Obrigado pela disponibilidade.

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Obrigado. Uma boa tarde para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Obrigado, Presidente.

Sr. Marcos, parabéns por ter aceitado testemunhar nessa sucessão de desistências! Parece que o senhor será o único, além do Deputado Tarcísio Motta. Farei algumas perguntas bem objetivas, que têm a ver com a sua declaração de que, sendo morador do Rio de Janeiro, imagino eu, só conhece milícias por notícias de imprensa. Onde o senhor mora — não é o endereço detalhado, é o bairro — e onde o senhor desenvolve o seu trabalho pastoral?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Niterói, em Barreto.



O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Mas o senhor falou que está em uma outra área agora ou entendi mal?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Não, eu exerço a minha atividade pastoral em Niterói, no bairro do Barreto.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Sim. O senhor reside em que bairro do Rio?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Centro da cidade.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Como?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Centro da cidade. Rua Evaristo da Veiga.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Centro da cidade?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Sim.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - O senhor é servidor concursado da Câmara há 40 anos, da Câmara Municipal do Rio?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Sim. Sou do quadro efetivo da Câmara há 40 anos.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Trabalhou com o Vereador Brazão em que período?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - De 2013 até a eleição dele, em 2018, para Deputado Federal.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - O senhor falou muito sobre um tema muito abordado, sobre as Leis Complementares nºs 160, 161 e 188, esta última de 2018, originalmente PLC nº 174, de autoria do Vereador Chiquinho Brazão. Quando se refere a uma coautoria, para além de Chiquinho, o Willian Coelho e as Comissões — que, em geral, assinam, endossam projetos, para dar celeridade —, o senhor entende que ela não abrangia loteamentos não edificados, apenas a regularização de loteamentos e grupamentos já edificados? Foi isso?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - É, foi a proposta inicial do Poder Executivo. Ele próprio fez na lei a exigência da ortofoto de dezembro de 2013.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Não. Mas a lei...

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Não foi uma iniciativa do Vereador Chiquinho Brazão, nem do Vereador Willian Coelho, nem das Comissões. Conforme o



senhor mesmo falou, foi para dar celeridade ao processo e por uma exigência legal. O próprio Regimento Interno da Câmara prevê o parecer conjunto.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Não. A informação que temos aqui é a de que a Lei Complementar nº 188, de 2018, inclui regularização de lote ou fração não edificadas. Inclusive, houve um parecer dizendo que essa iniciativa não era compatível com a natureza da regularização da moradia consolidada, contribuindo para o processo de especulação e o comércio imobiliário irregular e clandestino — o que, obviamente, atende a interesses, às vezes, igualmente clandestinos. O senhor não tem essa informação?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - É. Cabe esclarecer, Deputado Chico Alencar, que, na elaboração dos pareceres desse projeto de lei que culminou na Lei 188, eu não participei efetivamente dessa quinta proposta. Então, eu não tenho como responder a V.Exa. de forma precisa qual foi o andamento que foi levado a cabo em relação a esse projeto de lei complementar de autoria do Vereador Chiquinho Brazão — do então Vereador Chiquinho Brazão — e do Vereador Willian Coelho e das Comissões.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - É porque houve um salto impressionante: as Leis nºs 160 e 161 abrangiam um total de 13 bairros, Relatora Jack Rocha; depois, essa Lei 188 — que é de autoria, sim, do Vereador Chiquinho Brazão, entre outros — estendeu sua aplicação para 162 bairros e...

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Desculpe-me, Deputado Chico Alencar...

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Pois não. Pode...

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Eu respondi à Relatora que esse projeto, salvo engano, só excluía a Zona Sul e o Centro da cidade. Todos os demais bairros da cidade, incluindo Zona Norte, Leopoldina, eles foram beneficiados por essa proposta que foi declarada inconstitucional.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - É, pelo Órgão Especial do TJ do Rio de Janeiro. Inclusive, uma Desembargadora afirmou na ocasião: "*Vê-se, igualmente, que a malfadada lei protege lotes sequer ocupados, o que seria um incentivo à especulação imobiliária de áreas dominadas por milícias, por exemplo, o que é*" — usando linguagem de tanto apreço do mundo jurídico, diz ela — "*de curial sabença*". Bom, sabença, sapiência, ciência ou o que quer que seja, é óbvio que, no Rio de Janeiro, todos os que vivemos lá sabemos que as milícias têm muitos interesses imobiliários e, às vezes, até consórcios com altas figuras políticas. Isso é um dado da nossa realidade. Mas, Sr. Marcos, o senhor



participou, então, de diligências pela Comissão de Assuntos Urbanos nos territórios de Rio das Pedras e da Grande Jacarepaguá em geral?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Não. Eu nunca participei de diligência nenhuma. Eu participei de audiências públicas; de diligências, nunca.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Mas diligências... Audiências públicas nos locais, *in loco*, e não na Câmara?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Na Câmara, salvo engano, teve uma audiência pública. Em Vargem Grande e em Vargem Pequena, uma em cada bairro desses.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Em Rio das Pedras não?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Em Rio das Pedras teve uma audiência pública não em relação a essas leis complementares. Em Rio das Pedras teve uma audiência pública para discutir a verticalização de Rio das Pedras, não para discutir nenhum projeto de lei, até porque foi uma ideia do então Prefeito Marcelo Crivella sobre a verticalização. E a Câmara fez um debate público sobre essa proposta do Prefeito, uma proposta midiática — que não foi uma proposta elaborada em lei — de verticalização de Rio das Pedras. Por isso, teve uma audiência pública em Rio das Pedras, mas não para discutir os PLCs que são objeto desta discussão de hoje.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Mesmo indo lá presencialmente, o senhor não teve notícias, informações da existência de milícias como força controladora da região?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Deputado Chico Alencar, não sei se posso requerer de V.Exa. testemunho, mas o senhor me conhece na Câmara há muito anos, bem antes de o Vereador Chiquinho Brazão ser Vereador. A nossa atividade, enquanto assessores, ela se restringe àquela atuação legislativa proposta no Regimento Interno. Quando a gente é chamado para fazer uma audiência pública externa, a gente prepara, elabora, faz a ata e acaba. Eu não tenho e nunca tive convivência político-partidária com o Vereador Chiquinho Brazão. Eu acompanhava o mandato dele no que tange à Comissão de Assuntos Urbanos. Agora, na questão política eu não me envolvia. Eu trabalhei na Câmara com mais de dez Vereadores, desde a 2ª Legislatura: com o Vereador Alberto Pontes Garcia; o Vereador Augusto Paz; o Nestor Rocha; a Neuza Amaral; o Ivanir de Mello; o João Dourado; o próprio Vereador Edson Santos, que é do PT; o Alexandre Cerruti; a Marcia Teixeira; o Paulo Messina. Fui assessor de Vice-Presidência de Comissões. Então,



se eu fosse me vincular politicamente a alguém, eu deixava de fazer o meu trabalho, que era eminentemente técnico. O senhor faz um elogio inicialmente a mim, que eu sou o único que se dispôs a prestar dos que foram elencados para serem testemunhas, e eu não posso ser injusto. É só isso que eu posso afirmar para o senhor, por duas questões: por questão humanitária e por questão religiosa. Então, eu presto o meu depoimento hoje firmado numa única assertiva: eu não estou falando mentira, eu estou falando a verdade conforme eu jurei falar. Então, tentar vincular o meu testemunho hoje para um movimento político do Vereador Chiquinho Brazão ou do Deputado Chiquinho Brazão não vai alterar para baixo nem para cima o que eu conheço do Deputado Chiquinho Brazão. Para mim, sempre foi uma pessoa boa, cordial, sensata, um ser humano de um caráter, até que se prove o contrário, que sempre me trouxe segurança e confiança. Só isso.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Sim. Em nenhum momento eu estou pedindo para o senhor ser injusto ou não falar a verdade.

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Não, eu sei. Eu só estou falando aquilo que o meu coração está expressando, entendeu?

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Sim. Nem estou fazendo qualquer reparo ao seu trabalho de tantos anos e com tantos Vereadores, de todas as orientações. Agora, quando trabalhamos com algum Vereador ou Parlamentar, Deputado e tal, é claro que há uma vinculação natural, política, não necessariamente partidária. Então, o senhor nunca ouviu conversa sobre milícia no gabinete do Vereador Chiquinho Brazão?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Nunca ouvi. Nunca ouvi. É...

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Pois não.

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Pois não.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Qual a justificativa para incluir áreas ainda não ocupadas ou edificadas no Projeto 188?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Eu não sei responder para V.Exa., porque eu, realmente, não participei da assessoria que elaborou os pareceres do Projeto de Lei 188.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Mas o senhor reconhece a coautoria, pelo menos, do então Vereador Chiquinho nesse projeto, não é?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Sim, porque a gente acompanha a Ordem do Dia e sabe a matéria que vai ser votada. É praxe para a assessoria, quando se publica



a Ordem do Dia, a gente tomar conhecimento das coisas que vão ser votadas a partir de terça-feira.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Qual foi o seu sentimento, a sua reação, quando da notícia, que a todos nós surpreendeu, da prisão dos irmãos Brazão, no dia 24 de março deste ano?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Sem querer tomar a autoria de V.Exa., a minha resposta é a mesma... o mesmo sentimento que V.Exa. expressou agora, de perplexidade. Eu fiquei realmente surpreso com o evento do dia 24 de março, que foi no domingo.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Não, eu não fiquei perplexo, não, porque sempre...

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Foi o senhor que falou que todos nós ficamos perplexos.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Não, não. Falei que ficamos surpresos.

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Tá, desculpa. Surpresos.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - É diferente. Perplexo tem mais...

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Desculpa, desculpa, desculpa. Eu ouvi errado. Mas eu fiquei surpreso tanto quanto o senhor.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Mas eu, por conviver, inclusive, não tanto com o Chiquinho, mas com o Domingos Brazão, já sabia que ele era, digamos — na fase eufemismos —, muito próximo de atividades não muito lícitas. Foi uma história que fez inclusive a bancada do PSOL, na Assembleia Legislativa — eu não fazia parte da bancada — não votar em S.Exa. para o Tribunal de Contas do Estado. Então, é um tipo de procedimento político, de viés de atuação com o qual sempre tivemos muita distância. Mas, depois disso, o senhor manifestou, fez chegar ao Deputado Chiquinho algum apoio, alguma manifestação de solidariedade?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Olha, é natural que, quando o senhor trabalha com um Parlamentar por um período, eu digo, longo — eu trabalhei 5 anos com ele —, é normal você votar ou não votar. Mas fazer campanha ostensivamente eu nunca fiz, e ele nunca me cobrou isso. Nunca. Ele nunca me cobrou. Em relação ao Conselheiro Domingos Brazão, se eu estive com ele três vezes em algum evento privado, foi muito. Sempre cordial comigo: "*Boa tarde! Boa noite! Bom dia!*" Mais nada além disso.



O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - O senhor acompanhou a atuação do Deputado Chiquinho Brazão, licenciado na Secretaria de Ação Comunitária da Prefeitura do Rio, da Prefeitura Eduardo Paes?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Não. Eu estou afastado da convivência política do Deputado Chiquinho Brazão desde a sua eleição, em 2018, para Deputado Federal. Ali não houve um rompimento. Eu segui a minha vida na Câmara, e ele seguiu a vida dele como Deputado, o que, para mim, não é desagradável ele inclusive me arrolar como testemunha dele, o que não me trouxe nenhum desconforto, porque o meu papel aqui hoje, diante do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, é ser verdadeiro. Então, não tem nada, exatamente nada, que desabone minha conduta em relação a ele e ele em relação a mim. E, volto a afirmar, depois da eleição dele para Deputado Federal, em 2018, se eu estive com o já Deputado Federal três ou quatro vezes, foi muito. E o senhor, salvo engano, me perguntou sobre o acompanhamento dele na Secretaria. Nem na posse dele eu fui.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Por fim, o senhor está arrolado como testemunha de defesa. Em face do relatório da Polícia Federal à condição daquele que o senhor defende e está agora prisioneiro nos assistindo aqui, creio eu, o que o senhor diria de definitivo para considerar que a representação no processo ético-disciplinar aqui da Casa, para o qual o seu testemunho está sendo muito importante, o que o senhor diria de mais substantivo e contundente para negar a validade ou a qualidade dessa representação? Por que o senhor afirma que o Sr. Chiquinho Brazão é completamente inocente da programação ou da orientação desse homicídio bárbaro — que todos rejeitamos — de que é acusado e que o traz aqui para o Conselho?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Excelência, essa pergunta é muito importante por quê? Apesar de eu ser testemunha de defesa do Vereador Chiquinho Brazão e também rejeitar veementemente a forma com que a Vereadora foi assassinada, eu devo dizer a V.Exa. que eu não li o relatório da Polícia Federal. Eu não estou aqui como um técnico jurídico, até porque eu não sou advogado. Eu não li nenhuma das peças. Eu recebi, através do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, as três peças que compõem o Conselho. Eu não li nenhuma. Eu vim aqui realmente para falar daquilo que me compete responder e daquilo que eu me nego a responder. E até agora, até a inquirição de V.Exa., eu não me neguei a responder a nenhuma pergunta. V.Exa. é testemunha disso. E o que me leva a crer na inocência do Vereador Chiquinho Brazão, ou do Deputado Chiquinho



Brazão, é pela forma que eu conheço ele, é pelo jeito que eu conheço de ele se comportar. Eu não acredito que ele tenha sido capaz de cometer tal atrocidade. Agora, eu não creio, mas, se for comprovado que ele fez, o rigor da lei deve ser aplicado — tamanho é o meu senso de verdade no meu depoimento. Então, quando... Eu nunca falei com o Dr. Murilo, que está ao seu lado, nem com a Dra. Rita. Eu nem sabia que a Dra. Rita era advogada de defesa. Eu sabia que eram dois advogados. Eu nunca falei com ele, nem por telefone, nem por WhatsApp, nem nada, com o Dr. Murilo, nem com a Dra. Rita. Quem me pediu testemunha, se eu podia ser testemunha de defesa do Chiquinho foi a irmã dele, a irmã dele. E não fez mais nenhuma chamada para mim em relação ao que eu deva falar ou ao que não deva falar. Ela falou assim: *"Marcos, você fala só a verdade"*. Eu estou aqui para expressar a verdade. Eu realmente não creio que o Deputado Chiquinho Brazão tenha sido o mandante de um crime bárbaro e cruel como esse. Eu tenho esposa, eu tenho filha, eu tenho irmã, tenho mãe e tenho sobrinhas. Eu não sei, eu não sei, qual seria a minha reação se alguém fizesse isso com uma das minhas entes queridas. Eu não sei, tá, Excelência? Então, o meu sentimento, o meu sentimento de amargura é o mesmo do senhor, que perdeu uma companheira de partido, uma mulher guerreira, batalhadora, fiel aos seus ideais e que exerceu o mandato de Vereadora — e eu fui testemunha disso — com fidelidade ao eleitorado dela. Então, pela convivência que ela tinha com o Vereador Chiquinho Brazão... E cabe aqui ressaltar um detalhe. O Vereador andava sempre no bolso, por conta da diabetes dele, ele sempre andava no bolso com uma bala ou com Trident. Não foi uma nem foram duas vezes; foram várias vezes que a Vereadora Marielle foi à bancada e falava: *"Chiquinho, tem Trident aí?"*. E ele cedia — *"Ah, não tenho; tenho uma bala"* —, tamanha era a cordialidade entre eles. Então, para um ser humano chegar às vias de fato com uma pessoa que tem cordialidade, aí passa a ser psicopata, que eu não creio que o Vereador seja. Não sou psicólogo, não sou psiquiatra, mas eu não vejo esse perfil.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - O.k. Obrigado. Então, olha, o senhor disse que nunca ouviu falar de milícias, exceto pelo noticiário nacional, né?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Excelência, Excelência, Excelência, ouvir falar de milícia pela imprensa todo mundo ouve.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Pois é.

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Mas o que estão querendo embutir é se eu tinha convivência com milícia. Eu nunca tive convivência. E nunca conheci ninguém que



era tachado como miliciano, nunca na minha vida. E eu falo como pastor. Eu nunca tive convivência com... *"Ah, essa pessoa com que você acabou de falar agora é miliciano."* Nunca, realmente nunca.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Nem ouviu pela imprensa nem leu que o Vereador Chiquinho e outros poderiam ter ligação com as milícias?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - É, é, é, é a...

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Nunca ouviu falar disso?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - É a perplexidade que eu fiquei, quando surge no noticiário essa informação de que o Vereador e o Conselheiro são ligados à milícia e que... Eu realmente desconheço isso em caráter pessoal; conheço em caráter midiático.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Certo. Está bem. Muito obrigado.

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Obrigado ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Tem a palavra o Deputado Tarcísio Motta, por 5 minutos.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Vou precisar de menos do que isso, Sr. Presidente.

Caro Marcos, lembro inclusive do senhor no Plenário da Câmara dos Vereadores. As minhas perguntas aqui são estritamente sobre a questão da tramitação, porque eu acho que é importante para a Relatora e para os demais membros do Conselho de Ética entenderem algumas coisas que podem ter ficado imprecisas a partir da sua fala. O PLC 174, ele foi de autoria do Vereador Chiquinho Brazão, correto?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Eu vou responder para V.Exa... Primeiramente, boa tarde, Vereador... Deputado Tarcísio Motta.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Boa tarde.

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Sempre tivemos uma convivência muito cordial na Câmara.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Sim.

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Eu sempre fui cortês, educado e democrático.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Claro.



O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Como eu respondi ao Deputado Chico Alencar, o PLC 174, que prece... que é objeto da Lei 188, declarada inconstitucional, eu realmente não trabalhei...

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - O.k.

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - ...na elaboração da proposta, tá?

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Tá.

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Mas sei que o Vereador Chiquinho Brazão e o Vereador Willian Coelho e as Comissões foram autores da matéria.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Tá, isso. Originalmente — eu estou com a tramitação dele aberta aqui —, a versão original dele, que era apenas a extensão de prazos dos efeitos da Lei 160 e 161, e apenas isso, na sua primeira versão — eu estou com a tramitação dele aberta aqui —, a autoria dele, protocolado no dia 6 de dezembro de 2016, a autoria é do Vereador Chiquinho Brazão. Inclusive, grande parte da sua inconstitucionalidade decorre exatamente do vício de iniciativa, tá? Então, aqui, vamos... eu quero continuar falando sobre a tramitação do projeto. Eu já entendi, pela exposição do senhor, e eu agradeço muito por ela, que, entre a primeira versão do PLC 174, de autoria do Vereador Chiquinho Brazão, e a versão do substitutivo apresentada no dia 31 de maio de 2017, o senhor não participou da elaboração dela. Então eu não vou perguntar por que é que o projeto, que era apenas a extensão de prazos, com um artigo apenas, virou um projeto de 11 artigos, aumentando para toda a cidade — o senhor disse que tem conhecimento disso —, com exceção de algumas áreas da Zona Sul e do Centro, os benefícios da Lei 160 e 161, anteriormente restritas a algumas áreas da cidade. Mas a pergunta ao técnico e ao assessor que trabalhou na Câmara de Vereadores é, neste processo, né? Ou seja, no substitutivo... o que consta na tramitação dele é que o substitutivo passa a ser de autoria dos Vereadores Chiquinho Brazão, Willian Coelho e das Comissões, que já foram lidas inclusive pela douta advogada de defesa do Chiquinho.

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - E das Comissões.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Esta alteração, portanto, é... O substitutivo é de autoria... está formalmente de autoria. O senhor, como técnico e assessor, assim como eu, Parlamentar que fui da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro... sabemos que este procedimento de dar um substitutivo como autoria das Comissões ocorria para acelerar a tramitação de determinados projetos, correto?



O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Sim, isso é uma previsão... regimental.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Sim. Há previsão regimental. Logo, o senhor, assim como eu, deve ter presenciado momentos em que, para acelerar a tramitação de um determinado projeto, o Vereador solicitava aos assessores... ou ele mesmo em plenário solicitava que membros da Comissão assinassem os pareceres da tal reunião conjunta das Comissões — mas assinava os pareceres — com o objetivo exclusivo de acelerar a tramitação, porque, caso as Comissões não fossem autoras, o substitutivo teria que ter o mesmo tempo de tramitação do projeto de lei original, correto?

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Sim, sim.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Porque é esse o elemento...

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Essa é uma prática comum...

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Exatamente.

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - ...em qualquer Casa Legislativa e por qualquer corrente política, quer seja de direita ou de esquerda.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Claro, sim. Eu não estou imputando ao senhor ou a esta prática nenhuma ilegalidade.

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Não, de modo... de modo algum. Sim, sim.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Eu estou apenas tentando esclarecer, e com a sua ajuda, aos membros da Comissão, aqui, de Ética e Decoro Parlamentar, como se procedia nesses casos desse tipo de situação, que é um substitutivo que consta como autoria das Comissões, mas que, na prática... o que acontecia era... para agilizar a tramitação, se pegava a assinatura da maioria dos membros das Comissões. É isto que explica o fato de que a primeira versão do projeto é votada no dia 26 de maio de 2017 e o substitutivo já é apresentado na terça-feira seguinte, no dia 31 de maio, ou seja, a votação é numa quinta e o substitutivo já está pronto numa terça. Entre quinta e terça, as Comissões não se reuniram, elas não elaboraram, elas não formularam a proposta. Houve um substitutivo de autoria dos Vereadores Chiquinho Brazão e Willian Coelho, que contou com as assinaturas das Comissões para que sua tramitação fosse acelerada. Apesar disso, 11 adiamentos aconteceram até que finalmente, em novembro, o projeto de lei, completamente diferente, fosse votado. Mas ele continua, entre suas autorias, com a autoria, como primeiro autor, do então Vereador Chiquinho Brazão, correto?



O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Segundo a publicação, está correto.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Muito obrigado. E agradeço a sua presença e sua...

(Desligamento do microfone.)

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Obrigado, Presidente.

O SR. MARCOS RODRIGUES MARTINS - Obrigado a V.Exa. pelas perguntas. E espero ter contribuído para o bom andamento do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Agradeço ao Marcos Rodrigues, aos advogados, à ilustre Relatora Deputada Jack Rocha e aos Deputados Chico Alencar e Tarcísio pela participação.

Não havendo mais quem queira usar da palavra, agradeço a presença do Sr. Marcos Rodrigues e declaro finalizada a oitiva.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Sr. Presidente, tenho uma indagação.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Antes de encerrar. Pois não.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Tenho uma indagação sobre a tramitação da representação. Pelo que entendo — li aqui —, as outras testemunhas arroladas ou não confirmaram a vinda ou declinaram do convite. Indago a V.Exa. sobre a oitiva do representado, qual é a perspectiva, já que paira, como de costume, uma incerteza sobre os trabalhos legislativos desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - O Dr. Murilo gostaria de falar? *(Pausa.)*

Pois não.

O SR. MURILO DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, até respondendo ao questionamento do Deputado, a defesa só gostaria de esclarecer que irá promover a substituição das testemunhas que declinaram do convite, obedecendo, é claro, ao período do processo. Levaremos isso à eminente Relatora para deliberação, evidentemente, porque algumas testemunhas declinaram do convite.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Nós temos um prazo regimental a seguir. Eu vou fazer uma sessão, na terça-feira que vem, exclusivamente para ouvir a testemunha do Deputado Chiquinho Brazão e as demais testemunhas que possam



ser substituídas. Então nós temos até terça-feira que vem para ouvir as testemunhas. Vamos reiterar o convite às outras testemunhas também para que possam vir aqui.

Já combinei com a Relatora, Deputado Chico — apesar de não haver sessão plenária na semana que vem, mas, devido aos prazos —, ouvirmos aqui o Deputado Chiquinho Brazão e as demais testemunhas, na terça-feira.

A SRA. RITA MACHADO - Presidente, e o Thiago, que iria ser ouvido hoje e que estava na sala?

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Terça-feira. Vai ser reconvidado para a sessão na terça-feira.

A SRA. RITA MACHADO - Perfeito. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Dr. Murilo, eu solicito a V.Sa. que encaminhe as substituições hoje, ou no mais tardar amanhã, para Comissão.

Agradeço a presença dos Srs. Parlamentares e demais presentes.

Fica convocada reunião da oitiva para terça-feira dia 16 de julho de 2024, às 14 horas.

Está encerrada a reunião.